

Adriel Paulo Scolari

**HOMOFOBIA E EDUCAÇÃO: PROBLEMATIZAÇÕES
E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA DE RESPEITO E LIBERDADE ÀS
DIFERENÇAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação, sob orientação do professor Dr. Eldon Henrique Mühl.

Passo Fundo

2014

Agradeço em especial ao meu orientador Professor Dr. Eldon Henrique Mühl, pela compreensão, orientação e conselhos durante a elaboração deste trabalho.

À Universidade de Passo Fundo, pelo espaço, acolhimento e oportunidade de realização do curso.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Educação, que enriqueceram de muitas formas meu conhecimento e minha vida.

Aos colegas da turma 2012, juntos construímos uma parte de nossa existência, um carinho especial para Lidinara Castelli Scolari, pelas idas e vindas da UPF, as conversas nunca serão esquecidas, muito menos sua amizade.

Aos meus amigos, amigas e familiares pela paciência e colaboração durante a construção desse trabalho.

Ao Professor Dr. Fernando Seffner pela generosa e rica participação nas bancas de qualificação e defesa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos para a realização do meu curso de Mestrado.

Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro.

José Saramago

RESUMO

O presente trabalho analisa o problema da homofobia e discute as perspectivas e possibilidades de construção, através da educação, de uma cultura que visibilize e valorize as diferenças. Muitos discursos e práticas atuais ainda abordam as homossexualidades de forma depreciativa e preconceituosa. Quando esses discursos e práticas encontram-se nos ambientes educacionais, a preocupação torna-se ainda maior, pois nesses ambientes estão se constituindo as subjetividades dos indivíduos das próximas gerações. Se o que se pretende com a educação é formar um mundo solidário, onde todos os indivíduos relacionem-se de forma digna e democrática, é necessário preocupar-se com uma formação que produz sentimentos de repugnância e ódio entre os seres humanos, como, por exemplo, a homofobia. Apesar de muitos avanços neste sentido, considerando o século em que vivemos, a homofobia é um fenômeno ainda muito presente na sociedade, incluindo a brasileira, e sua repercussão atinge as escolas. Nesta dissertação, com base em um estudo bibliográfico de abordagem hermenêutica, busca-se analisar as causas desses comportamentos e avaliar algumas ideias que podem contribuir para o desenvolvimento de uma educação não discriminadora da liberdade sexual. Para tanto, descrevem-se, inicialmente, algumas práticas de homofobia produzidas e reproduzidas nos ambientes educacionais e, posteriormente, à luz de Michel Foucault e Martha Nussbaum, investigam-se as raízes dos discursos e dos sentimentos contrários às sexualidades que divergem do padrão heterossexual, tido como “natural” ou “normal”. Também se investiga, a partir da construção desse padrão, como as demais formas de existir ou de praticar as sexualidades foram se tornando estigmatizadas, repulsivas, causando exclusão e violência física e psicológica ao longo dos tempos. Com base nessas reflexões, apontam-se as possibilidades e perspectivas que podem desestabilizar a homofobia na sociedade, principalmente, a partir da educação das futuras gerações.

Palavras-chave: homossexualidade, homofobia, educação, liberdade.

ABSTRACT

The following work examines the homophobia problem and discusses the perspectives and possibilities of constructing, through education, a culture which visualizes and values the differences. Many discussions and current practices still have the homosexuality in a depreciating and prejudice way. When these discussions and practices are found in educational environments, the concern becomes even wider because in these environments next generations individual's subjectivities are being formed. If making a solidary world is intended by education, in which all the individuals have a dignified and democratic relationship, it is necessary to worry about an education that creates repugnancy and hate among human beings, for instance, the homophobia. Despite many advances in this aspect, considering the century we are living, the homophobia is a highly present phenomenon in our society, including the Brazilian one, and its repercussion reaches schools. In this dissertation, based on a bibliographic study with hermeneutical approach, it is aimed to analyze the causes for these kinds of behaviors and to evaluate some ideas, which might contribute for the development of a sexual freedom non-discriminating education. Therefore, it is initially described some homophobia practices generated and reproduced in the educational atmosphere and, subsequently based on Michel Foucault e Martha Nussbaum, it is investigated the roots of discussions and sexualities opposed feelings which diverge from the heterosexual pattern, known as "natural" or "normal". From the construction of this pattern, it is also examined how the other ways of living and practicing sexualities were made stigmatized, repulsive, causing exclusion, physical and psychological violence along the years. Based on these considerations, the possibilities and perspectives are pointed out and they can destabilize homophobia in the society, mainly through future generations.

Key words: homosexuality, homophobia, education, freedom.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 SEXUALIDADE, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO	16
2.1 Primeiras observações	17
2.2 Depoimentos e números	19
2.3 Escola X diversidades sexuais	25
2.4 As ‘novas’ conjunturas familiares	28
3 INVESTIGAÇÕES DAS RAÍZES DOS DISCURSOS E DOS SENTIMENTOS	32
3.1 Foucault: do pensamento grego à doutrina cristã da carne	33
3.2 Nussbaum: a patologia da repugnância	38
3.3 Questionamento dos discursos	41
4 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES	46
4.1 À luz de Nussbaum	46
4.1.1 Educação liberal e educação para a democracia	51
4.1.2 Educação sexual	53
4.2 À luz de Foucault	58
4.2.1 A estética da existência e o cuidado de si	59
4.2.2 Ampliação das possibilidades relacionais	62
4.2.3 Foucault e a educação	64
4.3 Aspirações à educação	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74
GLOSSÁRIO	80

1 INTRODUÇÃO

“*E vai começar a homofobia!*”. Esta foi a frase que mudou minhas perspectivas em relação a uma série de questionamentos que desde a infância, colocaram-se diante da minha constituição como sujeito. Ademais, esta frase é umas das motivações deste estudo. Espero que o leitor entenda por que ela me fez questionar a educação, as ideologias, as religiões, os sujeitos, as condições humanas.

Após um período morando em Londres, retornei ao Brasil em 2010, e, como tinha a companhia de uma amiga estoniana, fomos conhecer alguns pontos turísticos do país. Passeando por uma das consideradas “ruas gays” do Rio de Janeiro, eu, ela e mais um amigo decidimos fazer um lanche. Dobramos à esquina e dois jovens se aproximaram. Um deles pronunciou a frase que mudou minhas perspectivas de vida: “*E vai começar a homofobia!*” A princípio, achei que se tratasse de alguma brincadeira, mas quando um deles chutou minhas costas e o outro começou a agredir nosso amigo, percebi que era hostilidade mesmo. Não consegui pensar em nada, apenas corri, sendo perseguido por um dos agressores. Por sorte, pude entrar em um bar, e ver meus amigos chegarem espantados.

A partir daquele momento, diversos questionamentos passaram diante de mim. Como poderíamos ter sido agredidos por homofobia e ainda num local que é muito frequentado por homossexuais? Como poderíamos ter sido agredidos, se não provocamos ninguém? Quais são as causas da homofobia e como são construídos socialmente tais concepções e comportamentos? Eu acreditava que, como muitas pessoas acreditam, as situações de violência física homofóbica aconteciam em locais com pouca visibilidade e com número insignificante de pessoas, ou que pelo menos, aconteciam por algum motivo, tal como provocação ou ‘cantadas’ mal recebidas, ou ainda, que acontecessem somente com homossexuais que aparentassem estereótipo marcadamente afeminado. Meus próprios preconceitos vieram à tona depois daquele momento. Outro fato que me deixou reflexivo, foi que ninguém ao redor da cena interferiu, ajudou, olhou. A dor do chute não foi grande, mas todas as reflexões a respeito da existência humana me deixaram inquieto.

Relato esta experiência no intuito de mostrar aos leitores de onde surgiu a principal motivação desta pesquisa. Além disso, muitos outros fatores foram importantes na constituição da problemática e das perspectivas deste estudo. Retornei a casa dos meus pais e passei um período pensando como poderia contribuir por uma educação e por um país onde existisse mais amor e menos preconceito, respeito à diversidade e segurança de poder ser o que se é, sem medo de ser barrado, agredido ou morto. Comecei, então, a pesquisar e estudar

a respeito da homofobia¹ e participei da fundação de um grupo LGBT na cidade de Passo Fundo – RS, em 2011, onde discutíamos as possibilidades de intervenções sociais para superar a homofobia e reivindicação de direitos à população LGBT.

Foram promovidas algumas ações, tais como cine-fóruns nas escolas do município, oficinas de formação, palestras e duas “Paradas da diversidade” na cidade, objetivando a visibilidade e a aceitação das diferentes formas de se relacionar afetiva e sexualmente entre os indivíduos, além, é claro, da superação da violência homofóbica. A participação no grupo foi de grande importância. Os diálogos, as trocas de experiências e a convivência ampliaram nosso conhecimento, pois retratavam o quanto excludente e/ou violentas foram as experiências nas escolas, nas igrejas, nos grupos sociais e nas próprias famílias, com temas como agressões físicas, verbais, invisibilidade, revolta, abandono escolar, sentimento de não pertencimento.

Em 2012, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, com a expectativa de trabalhar todas essas experiências de não enquadramento nas normas de gênero na sociedade, e, assim, aliadas a um programa e a disciplinas que auxiliaram na amplitude de meu conhecimento, esta pesquisa foi tecendo-se, com o anseio de contribuir para uma sociedade que saiba respeitar as mais diferentes formas de existir; para que possamos passear pelas ruas, brincar do que se quiser, vestir o que tivermos vontade, expressar nossos sentimentos e desejos, sem que isso nos torne um alvo de agressão, um problema a se corrigir ou um caso a ser estudado.

Esses caminhos incitaram a investigação das raízes da homofobia, que infelizmente, vem se produzindo e se reproduzindo na sociedade e em suas instituições. Por que existe discriminação a grupos ou a indivíduos que não vivem sua sexualidade dentro do padrão heterossexual determinado por forças sociais como único e natural? O que leva as pessoas a este sentimento de repugnância² por determinados grupos ou indivíduos, que acaba por legitimar ações violentas? Existe a possibilidade de superação deste preconceito, desta discriminação, sofrida por homossexuais? Como se daria essa superação? Quais as perspectivas educacionais que se podem seguir a fim de contribuir na desestabilização da homofobia?

¹ O conceito de homofobia pode ser visto no glossário deste trabalho. Também gostaria de esclarecer que os interesses desta pesquisa abrangem o problema das demais fobias e preconceitos em relação às sexualidades que divergem do padrão heterossexual, tais como a lesbofobia e a transfobia.

² Segundo Nussbaum (2006), a repugnância se caracteriza por uma não aceitação da própria condição humana vulnerável, e de um desejo de querer ser “não humano”, perfeito, imortal. Isso acaba circunscrevendo alguns sujeitos como não dignos de existência, projetando sobre eles ódio e repugnância para ocultar a própria vulnerabilidade e criar barreiras pelo medo da contaminação.

Tendo em mente que “nossas definições, crenças, convenções, identidades sexuais e de gênero e nossos comportamentos, em vez de realidades naturais, são realidades sociais produzidas historicamente por meio de relações de saber-poder e de dispositivos sociais, econômicos e culturais” (FOUCAULT apud PERES, 2009, p. 256), torna-se importante investigar e questionar discursos que trazem certas atitudes como “naturais” dos seres humanos, e que, através desta rede de discursos, promovem um grupo em detrimento de outro, invariavelmente perpetuando sentimentos de intolerância e repugnância entre os seres humanos.

Ainda, conforme traz Alencar (2008, p.1), “desde a infância recebemos, geralmente, uma série de valores sócio-culturais – heterossexistas, patriarcais, religiosos e políticos – onde nos é imposto o que é certo ou errado, normal ou anormal. Crescemos sob a crença de que esses valores são atemporais, incontestáveis e naturais”. O interesse em investigar as raízes destes discursos, é porque eles se tornam um problema quando se pretende normatizar esses “valores para toda a sociedade, ou seja, quando se impõe os mesmos valores para todos os indivíduos, no sentido de homogeneização, deixando de lado as especificidades humanas. Os valores não são dados e sim construídos por cada sociedade de acordo com as necessidades constituídas”.

As verdades sobre a sexualidade foram sendo construídas. Durante muito tempo, como mostra Foucault (2013a, p. 71), essa verdade foi “encerrada, pelo menos quanto ao essencial, nessa forma discursiva. E não na do ensino (a educação sexual se limitou aos princípios gerais e às regras de prudência); não na iniciação (que permaneceu, quanto ao essencial, uma prática muda que o ato de tirar a inocência ou deflorar só torna risível ou violenta)”.

A sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações casuais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar (FOUCAULT, 2013a, p. 78, grifo do autor).

Nota-se que os vestígios desta maneira de entender a sexualidade ainda se encontram em muitas das falas atualmente. Alguns exemplos podem ser vistos adiante, no subitem “2.2 *Depoimentos e números*”, que tem a intenção de demonstrar, de maneira geral, o que se expõe sobre a homossexualidade na sociedade e na escola. De todo modo, não se pretende generalizar essas falas, pois sabemos que existem também alocações e programas educativos que vão na contramão destes depoimentos negativos. Não é através da natureza, como muitas

das falas contrárias aos homossexuais apontam, que se pode ancorar tal fundamento, mas sim pelo fato de que uma rede de discursos, definidos pelo saber-poder, até hoje mantém uma imagem da homossexualidade como se fosse algum tipo de anormalidade.

A partir das classificações de pesquisa propostas por GIL (2008), realizar-se-á, do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, uma pesquisa *bibliográfica* que será desenvolvida a partir de materiais escrito e gravado (já publicados), constituídos principalmente de livros, áudios e vídeos, relatórios e anais de simpósios e congressos e artigos de periódicos, que atualmente são disponibilizados na internet e em outros meios de comunicação. A forma de abordagem do problema será sob a perspectiva *qualitativa*, pois, de acordo com Flick (2009, p. 16), “é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo, ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma espécie de representações”. Isso significa que “os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem”.

Do ponto de vista de seus objetivos, pode-se dizer que será *exploratória*, pois envolve levantamento bibliográfico e visa proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo explícito ou de construir hipóteses. Também contará com um paradigma *dialético social - sociointeracional*, pois as “investigações incidem sobre os problemas da sociedade e, muito particularmente, sobre as transformações sociais e culturais necessárias à sua evolução” (BERTRAND e VALOIS, 1994).

Fundamentada especialmente em Foucault, esta dissertação propõe investigar as genealogias que formam os discursos em torno da sexualidade, onde a orientação heterossexual é considerada “normal” e “natural” e as demais simples “desvios”. Tal análise será complementada pelo estudo sobre o tema desenvolvido por Nussbaum – o sentimento de repugnância, outra forma de comportamento que tem sido desenvolvida contra os homossexuais. E, a partir desta investigação, procuraremos explicar perspectivas e possibilidades no campo educacional com o intuito de contribuir para amenizar e, até certo ponto, superar o problema da homofobia nas escolas e na sociedade.

Existem raízes de forças que agiram e continuam agindo na sociedade, fazendo com que se crie um consenso imaginário, indicando as expectativas, os caminhos e as formas, do que as pessoas eram, são e virão a ser. Tudo que desvia dessa expectativa vira um paradigma dentro da mesma sociedade, estipulada dentro dessas forças que atuam para criar o normal e o

esperado dentro da “naturalidade”, para então, serem estipulados o “não natural”, o “anormal”, o “desvio”.

É interessante questionar e explorar este sistema³, quando ainda se tem essas forças atuando de forma explícita, fazendo com que existam atitudes preconceituosas e discriminatórias em plena era do conhecimento. É comum presenciar racismo, sexismo, misoginia, homofobia, entre muitos outros pré-conceitos, em muitos discursos e situações presentes na sociedade, nas instituições sociais, em determinados grupos e na mídia.

O primeiro intuito era de realizar uma pesquisa de campo, entrevistando os sujeitos que sofrem discriminação, buscando depoimentos de professores, de alunos, de pais, que demonstram o preconceito e falta de esclarecimento ao tratar do tema das homossexualidades⁴ no contexto social. Porém, no decorrer desta investigação, deparei-me com inúmeras pesquisas⁵ que trazem, de forma mais completa, a problematização a respeito desses depoimentos. Se, a princípio, foi a vontade de trazer respostas e problematizar estas falas que motivaram esta pesquisa, após a revisão bibliográfica, percebi que faltava uma investigação mais aprofundada sobre as raízes do que se diz, e dos sentimentos, e sobre como eles podem continuar se repetindo. Afinal, eles não foram formulados de ontem para hoje, tampouco nasceram num período específico. Para isso, resolvi explorar dois autores, Michel Foucault e Martha Nussbaum. O primeiro, na intenção de resgatar a história da sexualidade, das constituições morais a respeito do sexo, de como se chegou ao padrão heterossexual como sendo único e natural. Em outra perspectiva, Nussbaum foi procurada no sentido de entender de onde vem este sentimento de repugnância, que parece natural e inato, contra os homossexuais, e que acaba legitimando as atitudes violência física e psicológica contra esses sujeitos diariamente na sociedade.

Acredita-se que, através de uma educação democrática e do desenvolvimento da empatia, não somente podemos problematizar e desconstruir o conceito da visão unilateral, produzida historicamente pela naturalização da heterossexualidade normativa, como podemos promover, através da percepção da estética da existência, um novo contexto com diferentes

³ Esse sistema refere-se às técnicas de disciplina problematizadas por Foucault. “Caracteriza-se por um conjunto de técnicas de coerção que se exercem segundo um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos, e que abrangem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos” (REVEL, 2011, p. 36).

⁴ Utiliza-se a palavra homossexualidades no plural com intuito de abranger as mais diversas formas de se relacionar ou de existir que diferem do padrão heterossexual normativo: gays, lésbicas, travestis, transexuais e intersexuais – conhecido como movimento ou comunidade LGBT. Outros termos estão disponíveis no glossário deste trabalho, a fim de esclarecer ou clarificar alguns conceitos.

⁵ Alguns exemplos: UNESCO (2004); BORGES et. al. (2011); BORTOLINI (2008); RATTO (2004); PERES (2009); CARDOZO (2006); SAYÃO (2005); ALENCAR (2008);

possibilidades relacionais das subjetividades humanas (Foucault), efetivando a real democracia (Nussbaum).

Mais do que defender que os indivíduos têm direitos fundamentais e naturais, deveríamos tentar imaginar e criar um novo direito relacional que permitisse que todos os tipos possíveis de relações pudessem existir e não fossem impedidas, bloqueadas ou anuladas por instituições empobrecedoras do ponto de vista das relações (FOUCAULT, 2010, p. 121).

Todas as pessoas gozam de uma dignidade humana inalienável e que deve ser respeitada pelas leis e pelas instituições. Toda nação minimamente decente deveria aceitar que seus cidadãos estão dotados de certos direitos [...] e deveria elaborar estratégias para que sejam superados determinados limites de oportunidades [...] este modelo de desenvolvimento humano supõe um compromisso com a democracia, pois um elemento essencial de toda a vida dotada de dignidade humana é ter voz e voto nas políticas que regem sua vida (NUSSBAUM, 2012, p. 47, trad. nossa).

E, a partir de uma abordagem hermenêutica desses referenciais teóricos e da análise de experiências, discursos e depoimentos vivenciados, objetiva-se esclarecer alguns dos fatores produtores do fenômeno da homofobia e identificar possíveis caminhos para o desenvolvimento de uma cultura de convivência e de respeito à diversidade.

Por que uma abordagem hermenêutica? Para Foucault, hermenêutica constitui o “conjunto dos conhecimentos e técnicas que permitem fazer falar os signos e descobrir seus sentidos” (2013d, p. 25). Essa ação é o “da decifração dos processos e movimentos secretos que se desenrolam na alma, dos quais é preciso apreender a origem, a meta, a forma” (2006, p. 311). Ainda vale observar que,

mesmo considerando que toda hermenêutica é interpretação, mas que nem toda interpretação é hermenêutica, Foucault mostra o quanto a interpretação é parte essencial do nosso mundo, da nossa história e por consequência de nós mesmos. O quanto ela é agente de constituição de um sujeito e a que grau ela é esse sujeito, pois nos parece que, para Foucault, interpretação e intérprete, hermenêutica e sujeito se confundem (JÚNIOR, 2009, p. 102).

Conforme Gadamer (2013), a hermenêutica é a arte de interpretar os textos e as frases para seu adequado uso nos casos concretos de que se tratam e da maneira mais próxima da justiça. Essas são as primeiras boas advertências. Não se pode, contudo, esperar da hermenêutica uma claridade nem verdades definitivas ou dogmaticamente fixadas. Tampouco a hermenêutica dos teólogos, quanto à mensagem cristã, encontra satisfação em uma suposta proclamação viva. A hermenêutica não significa a posse da verdade, mas uma ajuda para se chegar a ela.

A hermenêutica, em se tratando da interpretação de textos, tem um significado muito amplo, que se aproxima aos textos, ou melhor, que se ocupa de um texto que lida com o mundo, ou quem sabe de um texto da história do mundo. Assume-se uma postura de interpretação, colocando-se de acordo com o próprio intérprete; realizando a tarefa que se tem de realizar (GADAMER, 2013). A hermenêutica é uma posição do pesquisador em relação aos textos investigados e à capacidade de escrita e leitura desses textos, e dos textos produzidos.

Pesquisar de maneira hermenêutica, para Gadamer (2013), refere-se a que se comprometa estar de corpo e alma com a voz, não a voz que ouvimos e falamos, mas a voz da compreensão. Isso é necessário para entender e interpretar o que é entendido. O mundo se faz compreensível através da linguagem. A hermenêutica é a arte de poder ouvir. Esta é difícil, por sua vez. Todos estão preocupados somente com sua própria relação consigo mesmos. Os homens podem aprender a anular essa precedência de sua própria vontade de entender, e o desejo de dizer algo. Os homens podem ouvir uns aos outros. A arte da hermenêutica é a arte de desejar dizer algo.

Ainda, segundo Gadamer (2013), não é insensato dizer que esse giro levanta uma exigência, a exigência de que falava Kant, quando enfatizou o conceito de respeito pelos outros. O respeito também é uma forma de refutação do cuidado de mim mesmo, de ver os outros como um “outro eu”. Esse é também o mandamento cristão do amor, “ama o próximo como a ti mesmo”. Em ambos está o que em geral se apresenta como próprio da linguagem, a vontade da verdade. A hermenêutica é o quanto se entende o que se diz, não sendo um compromisso definitivo, tampouco tal como dito pelos outros, pois não deveria ser dito sem ambos os pontos de vista. A capacidade de se entender com os demais é o que constitui a solidariedade. Fronteiras e desvios são os distúrbios da solidariedade, mas a solidariedade é o conceito que diz que, apesar dos desvios, existe uma cidadania em comum que nunca se pode abandonar.

É um convite a entender o que se diz. O “dizer” é o convite para que o outro entenda, lembrando que este outro o é, a partir de outro, onde sempre estará o “eu” e o “tu”, que se entendem entre si, percebendo que se formam em sociedade. Isso é hermenêutica. É a arte de realizar o que se tem em comum, a arte de entendimento, de ampliar os horizontes de nossa civilização, e, talvez, a arte de permitir, assim, uma humanidade futura, onde se incluirão demais culturas, outros idiomas, outros homens e talvez os animais, articulando o mundo e a vida, de modo que se possa dizer “este é nosso mundo” (GADAMER, 2013).

Nossa hipótese, então, a partir de uma visão hermenêutica dos textos, experiências e vivências tratados nesta pesquisa, é que o necessário para que se supere a homofobia pode ser:

a) uma educação⁶ que trabalhe a pedagogia do respeito e da empatia desde a infância, através de uma educação intercultural, liberal e democrática;

b) trabalhar com o conceito de estética da existência contemporaneamente, ou seja, visibilidade e liberdade às novas possibilidades existenciais, por meio de práticas de ensino e convivência abertas aos novos tipos de relações sociais.

A estrutura deste trabalho compõe-se de três capítulos. O primeiro aborda de forma mais aprofundada o problema no contexto social e educacional, apresentando um breve histórico, com algumas datas e mudanças importantes para a comunidade LGBT. Expõe alguns discursos, que resultam em atitudes de invisibilidade e depreciação das diversidades, os mesmos que acabam ocasionando atitudes violentas contra homossexuais. Traz também, de maneira geral, um panorama de como é o contexto escolar e por que ele, muitas vezes, não abrange de forma adequada as diversidades e acaba por reproduzir um único modelo de expressão sexual, fazendo com que aqueles que neste não se encaixem sintam-se desconfortáveis e anormais.

Na tentativa de explicar as influências de uma visão sobre um modo mais correto ou único de se viver a sexualidade, o segundo capítulo aborda as características das relações entre pessoas de mesmo sexo desde os povos antigos, como gregos e romanos, a influência do cristianismo e a intervenção dos estudos da medicina e da psicologia, a partir do século XIX, problematizados por Michel Foucault, principalmente, em suas obras *História da sexualidade*, volumes 1 e 2 (*A vontade de saber* e *o Uso dos prazeres*, respectivamente). O intuito foi trazer fontes históricas de reflexão a partir das relações destes períodos com a sexualidade. Apresenta-se também, neste capítulo, os possíveis motivos que ocasionam o sentimento de repugnância por homossexuais, através da perspectiva de Martha Nussbaum, principalmente, em sua obra *Hiding from humanity: disgust shame and the law*.⁷

No terceiro capítulo, serão apontadas as perspectivas e possibilidades que resultaram desta pesquisa, em torno de como se pode enfrentar a discriminação e a repugnância contra alguns seres humanos, por meio da educação das futuras gerações. Sem a pretensão de ser um manual ou uma solução definitiva, o que se pretende com esta pesquisa é clarificar a visão dos

⁶ Para os interesses das questões problematizadas neste texto, refere-se à educação de modo abrangente, considerando não somente a escola, mas também as esferas informais de experiências educativas, experiências que possam contribuir na formação da humanidade. Portanto, pode-se pensar em diversos locais onde ocorram situações de ensino aprendizagem (CARVALHO, 2011).

⁷ Para as referências deste trabalho utilizamos a versão em espanhol da obra traduzida por Gabriel Zadunaisky, *El ocultamiento de lo humano: repugnancia, vergüenza y ley* (2006).

sujeitos, principalmente nos ambientes educacionais, em enxergarem o outro sem os véus dos pré-conceitos e julgamentos, que impede de realizar uma educação que abranja não só resultados mercantilistas, bons índices e níveis de aprendizados em conteúdos, ou dogmas para manutenção de certas hegemonias, mas que consiga tornar os indivíduos mais sensíveis às necessidades humanas, valorizadores das relações de afeto e amizade, que se preocupem com a necessidade urgente de prestar atenção e enxergar de fato e de direito o outro, de dialogar, de querer bem aos outros seres. Por fim, esta pesquisa quer demonstrar que, trazendo o conceito do cuidado de si (Foucault) para a contemporaneidade, aliando a isso à desestabilização da patologia da repugnância (Nussbaum), pode-se contribuir muito para a superação da homofobia e de tantos outros preconceitos que ameaçam as futuras gerações.

2 SEXUALIDADE, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Na sociedade de hoje, complexa, pós-metafísica ou pós-moderna, ou, ainda, da informação, observam-se grandes mudanças sociais e individuais, a transformação de valores, ideais e padrões. Antigas construções sociais tornaram-se superadas, tudo parece tornar-se transitório, passageiro e as informações são rápidas e de fácil acesso, mas imediatamente descartáveis. Depara-se, hoje, com uma diversidade, uma pluralidade, social e cultural muito ampla. Os sujeitos, atores ou autores, dessa sociedade, anseiam por uma democracia que se enquadre nas novas demandas. As classes discriminadas, ou as “minorias”, estão lutando por seu espaço numa sociedade marcada por seus padrões homogeneizadores, impositivos e discriminatórios. Observa-se ou vivencia-se a experiência de um mundo onde se prioriza o desenvolvimento econômico, a competitividade internacional e o Produto Interno Bruto (PIB), e se dá pouca atenção ao desenvolvimento humano. Existem muitas pessoas que ainda são violentadas e assassinadas por ter diferentes cores, sexos, nacionalidades, religiões, orientações sexuais e muitas outras formas de preconceito e discriminação (PARK, 2008).

Escrever sobre o tema da sexualidade está diretamente relacionado com a expectativa de esclarecimento e esperança de uma visão mais igualitária entre as relações humanas. Igualitária num sentido não de homogeneização, mas de visibilidade às diferenças e convivência harmoniosa entre os seres humanos, com direito à liberdade de existir e de expressar suas mais variadas subjetividades, sem que isso cause danos à sua integridade física e psicológica.

Algumas sociedades estão mais avançadas em relação a outras, quando se trata de direitos à população LGBT, como direito ao casamento ou união estável garantidos e leis que criminalizam a discriminação contra homossexuais. Outras, entretanto, ainda condenam as relações entre pessoas do mesmo sexo, passíveis até à pena de morte.

Quanto menos se sabe a respeito de um determinado assunto, mais fácil julgar baseando-se em pré-conceitos, ou num conhecimento superficial. Sabendo disso, pode-se constatar que estudar a respeito de um tema seria o melhor caminho para se desfazer de preconceitos e juízos morais precários. Por que, então, há tantas barreiras para tratar, por exemplo, do tema das homossexualidades na escola? Seria um medo de provocar nos alunos a vontade de experimentar seus desejos ou de torná-los homossexuais? Parece que o “desde sempre aí” da sexualidade seja a heterossexualidade, tomada como “natural”, ficaria fragilizada e as relações afetivas e sexuais das futuras gerações libertar-se-iam desta norma. Provavelmente, são essas questões que preocupam os educadores e toda a sociedade, como se

isso pudesse comprometer ou arruinar o futuro da espécie. Nussbaum (2010) mostra que os reais elementos que colocam em risco a sociedade são a ganância exagerada e falta de empatia entre os seres humanos, principalmente, dos que estão mais preocupados com o desenvolvimento econômico e individual, em detrimento do desenvolvimento humano e coletivo.

Ainda, segundo ela, “o desprezo, como enfatizam várias pesquisas em psicologia, está pleno de pensamento mágico, irracional. Não sendo de estranhar o medo da contaminação” (NUSSBAUM, 2010, p. 59 trad. nossa). É importante refletir sobre isso quando assistimos a uma sociedade que ainda classifica sujeitos como “certos e errados”, como “normais e anormais”, “eles e nós”.

2.1 Primeiras observações

Em princípio, torna-se importante destacar algumas datas que marcaram a história dos direitos LGBT. Em relação à transição de uma categoria considerada doente, à despatologização por parte de conselhos de medicina e psicologia, inicialmente, apresentam-se os dados consultados no *Manual de Comunicação LGBT - ABGLT*:

- Em 1973, os Estados Unidos reiteraram o termo “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da *American Psychology Association*, passando a usar “homossexualidade”.

- Em nove de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina brasileiro aprovou a retirada da expressão “homossexualidade” do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças – CID.

- Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a retirada do código 302.0 da CID. A nova classificação entrou em vigor entre os países membros das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993. A data 17 de maio marca o Dia Mundial de Combate à Homofobia.

- Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a resolução 001/99, considerando que “a homossexualidade não constitui doença nem distúrbio nem perversão”, que “há, na sociedade, uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente” (qual seja, a heterossexualidade), e, especialmente, que “a psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações” (CONSELHO, 1999).

Assim, cientificamente, tanto no Brasil como em outros países a homossexualidade não é considerada doença. Por isso, o sufixo “ismo” (terminologia referente à doença) foi substituído por “dade” (que remete a “modo de ser”).

Também é importante ressaltar que se deve ter cuidado em relação às expressões “opção sexual” ou “orientação sexual”. A primeira implica escolha, porém, muito mais do que uma escolha, a subjetividade e a construção do desejo de uma pessoa escapam do simples ato de escolher, pois não é como uma comida preferida, uma religião ou modo de se vestir. O mais adequado é falar, então, “orientação sexual”, que é compreendida “como uma referência à capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com estas pessoas” (PRINCÍPIOS, 2006, p. 7). Em geral, existem três orientações sexuais preponderantes: homossexual (atração pelo mesmo sexo), heterossexual (atração pelo sexo oposto) e bissexual (atração por ambos os sexos). Além dessas, também se podem mencionar a assexualidade (quem não possui atração sexual) e a pansexualidade (atração sexual ou afetiva independente do sexo ou gênero do outro/a).

Pode-se dizer que algumas pessoas optam por viver suas sexualidades de formas variadas, podendo ou não “assumir” sua orientação sexual. Assim há pessoas com orientação homossexual que optam por viver relações heterossexuais, ou bissexuais, devido a fatores intrínsecos ligados à construção de sua subjetividade. E há pessoas com orientação heterossexual que optam por viver numa relação homossexual, ou bissexual.

Isso remete à ideia de pluralidade das relações, e a que estas categorias podem ser compreendidas fora do entendimento essencialista, como se o comportamento fosse uma essência do indivíduo. Ou seja, as relações afetivas/sexuais não deveriam ser consideradas estagnadas ou reduzidas à ideia de naturalidade ou determinadas por fatores biológicos. Ao contrário desta corrente essencialista, pode-se citar o construtivismo, que sugere não existir categorias sexuais diferenciadas⁸.

⁸ Os essencialistas afirmam, basicamente, que existem categorias como a homossexualidade, a bissexualidade e a heterossexualidade. As sociedades podem usar vários rótulos e reagir de maneiras diferentes aos indivíduos homossexuais, bissexuais ou heterossexuais. O importante, porém, é que essas identidades são ‘verdadeiras’ e inerentes (ou essenciais) aos indivíduos e à condição humana. Os construtivistas, por outro lado, sustentam que tais expressões (homossexual) são apenas categorias criadas por culturas e sociedades. Não existem verdadeiramente fora desses rótulos. Assim, ‘homossexual’ é alguém que entende que é ‘homossexual’ porque ela/ele vive numa sociedade que classifica o seu comportamento dessa maneira. Em culturas onde esses rótulos não existissem, não existiriam também quaisquer fronteiras ou categorias inerentes. Numa sociedade sem essas categorias, uma pessoa que tivesse relações sexuais com outra do mesmo sexo talvez não se concebesse como ‘diferente’ de alguém que nunca tivesse tido relações semelhantes. Neste modelo, descrever alguém como *gay* não é o mesmo que dizer que a pessoa é ‘alta’ ou ‘loura’. *Gay* não é uma característica essencial da pessoa, antes um modo de definir e categorizar (mesmo rotular) o indivíduo pelo seu comportamento (NAPHY, 2006).

Passou-se de um grupo que não era visto como um problema grave antes do século XIX, para um contexto histórico de estigmatização, perseguição e condenação, com a patologização e tentativas de encontrar razões e desvios que “levassem” o sujeito à homossexualidade. Isso aconteceu desde o advento do cristianismo e, a partir daí, ganhou aportes com as investigações da medicina e da psicologia. Agora, buscam-se tentativas de desestabilizar preconceitos e reestruturar uma imagem de não anormalidade para que esses sujeitos não sejam mais vistos como objetos, como uma categoria de análise, estigmatizada e repugnante.

É interessante constatar que, antes do século XIX, os comportamentos interditos, mesmo se eram severamente julgados, eram sempre considerados como um excesso, uma *libertinagem*, algo exagerado. A conduta homossexual passava sempre como uma espécie de excesso do comportamento natural, um instinto que era difícil confinar ao interior dos limites particulares. A partir do século XIX, constata-se que um comportamento tal qual a homossexualidade passa por um comportamento anormal (FOUCAULT, 2014, p. 200).

O caminho trilhado desde a categoria de doentes, sujos e pecaminosos até sua despatologização ainda encontra resistência e preconceito nas sociedades. Não é simplesmente uma mudança na legislação ou nas resoluções dos conselhos médicos e psicológicos que eliminará a discriminação. Nas sociedades mais compreensivas, parece haver uma coexistência harmoniosa entre orientações sexuais diversas, porém naquelas mais rígidas em tradições religiosas, ou onde a capacidade de conviver com as diversidades ainda não atingiu um nível de consciência e humanização mais amplo, há muito trabalho a ser feito.

Diante de um contexto social que privilegia a liberdade de expressão das formas de vida como princípio colocado acima de qualquer outro princípio, necessita-se de uma reflexão sobre uma sociedade realmente democrática, laica e livre. Cabe problematizar essas questões no âmbito educacional, midiático, político, com uma formação capaz de tratar de diversos temas de forma apropriada, evitando atitudes discriminatórias ou invisibilizadoras das diversidades, que, muitas vezes, tentam encobrir ou adiar uma discussão e uma transformação necessária à sociedade.

2.2 Depoimentos e números

Trago a seguir alguns depoimentos que demonstram a falta de preparação ante os temas das diversidades sexuais, que podem ser observados tanto na escola, quanto em

situações do cotidiano. O intuito é justificar a necessidade de se realizar uma investigação sobre a sexualidade humana, de maneira mais aprofundada, com uma perspectiva histórica e intercultural, servindo como fonte de informação e conhecimento, principalmente, por profissionais da área educacional, pois “a homofobia adquire nítidos contornos institucionais, tornando indispensáveis pesquisas que nos permitam conhecer a fundo as dinâmicas de sua produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas de todas as pessoas” (JUNQUEIRA, 2009a, p. 16).

Percebe-se que, apesar de todo um movimento por uma educação inclusiva, de respeito às diferenças, de manuais e planos políticos e educacionais de valorização da diversidade, ainda está impregnado nas falas e nas atitudes de alguns professores/as, estudantes, coordenadores/as, diretores/as e autoridades, um julgamento dos homossexuais de forma depreciativa, como se fosse uma anormalidade, uma coisa errada.

Para Louro (2004, p. 27), o espaço escolar que deveria ser o mais receptível e laico possível, torna-se, muitas vezes, o mais excludente e intimidador de todos aqueles que não estão de acordo com os “padrões ideais de ser humano” (o branco, de “boa aparência”, homem, heterossexual). Isso acaba marginalizando todos aqueles que não se encaixam nos padrões e coloca-os à margem de uma educação que se pretende para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos ainda são necessários para circunscrever os contornos daqueles ditos “normais” e que de fato seriam os que importam.

Os depoimentos a seguir têm a intenção de demonstrar o que se diz e o que se ouve de maneira geral ao se tratar da homossexualidade, pois não era a intenção fazer um estudo de campo, nem um estudo específico deste ou daquele lugar. A ordem das falas é esparsa, sem classificação cronológica ou temática. Foram preservados o anonimato das identidades dos sujeitos e das escolas. Aqueles não presenciados por mim estão com a referência da fonte.

“O João sofria bullying porque ele não se ajudava. Hoje em dia ele já virou homem, quer dizer, homem homem não né, mas é adulto. A gente chamou ele e disse para não ser tão afeminado, daí os outros iam parar de mexer com ele, mas ele queria ser assim, daí não tinha jeito” (professora, durante curso de formação).

“Professor, não liga! Eu tenho até namorada, sabia?” (aluno do terceiro ano do ensino fundamental “defendendo-se” dos apelidos pejorativos como, *gay*, *bicha*, *veado*, emanados por seus colegas).

Diálogo presenciado entre a orientadora psicológica e o coordenador da escola:

Orientadora: *Professor, nós deveríamos trabalhar as questões da sexualidade na turma da 8ª série, porque tem um aluno que assumiu ser gay. Ele está tendo problemas de relacionamento com a turma.*

Coordenador: *Não precisa, isso aí é uma coisa que eles acham que são, depois passa. Não vamos interferir, isso acaba se resolvendo entre eles. É coisa da idade.*

“A Paula tem que rever as atitudes. Ela não se entrosa com a turma porque ela não quer. Ela mesma se exclui. Olha bem o jeito dela, não é postura de menina” (professora, durante conselho de classe).

“Não deixa seu filho brincar muito com meninas porque depois vai ter problemas no futuro” (Conselho de uma mãe para outra, pois o filho de uma gostava mais de brincar com meninas).

“Tu é gay, mas é bem legal, têm esses outros que daí eu tenho preconceito porque são exagerados, forçados, sabe. É porque agora é modinha daí eles ficam assim” (essa é tão comum que ouvi diversas vezes, inclusive de homossexuais).

Os depoimentos a seguir foram retirados de um relatório que resultou da pesquisa *“Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras”*, coordenado por Dra. Margarita Díaz, Dra. Magda Chinaglia e Dr. Juan Díaz, de 2009 a 2010⁹:

“Ah, eu sinto pena. Agora a gente não sabe se é uma doença... Se é... se é tratado no meio de irmãs, de mulheres ele fica assim, porque a gente ouvi falar muito, né?” (professor/a, São Paulo).

“mas eu gostaria muito de saber isso, se é genético, se é sem-vergonhice, o que que é, se é carência...” (professor/a, Curitiba).

“Jamais vou tratar diferente, mas lá no meu íntimo, assim, parece que não é algo normal, né. Uma coisa meio estranha” (professor/a, Porto Alegre).

⁹ O Relatório encontra-se disponível para consulta em: <http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf>. Acesso em 05/06/2014.

“Eu estive lendo uma revista. Eu posso dizer que era uma entrevista de um médico com outra pessoa e essa pessoa estava perguntando a respeito de como se dá a homossexualidade. E o médico falou para ele que há vários tipos de homossexualidade, só que seria uma doença... a doença pode ser um tipo de glândula que cresce no cérebro. Algumas pessoas agem daquele jeito porque realmente querem?” (professor/a, Manaus).

“Eu não acho normal, eu não acho bonito, eu não. Pra mim, não é normal. Eu acho que Deus fez o homem e a mulher. Só” (professor/a, Goiânia).

“Eu acho assim: a opção sexual dele não deveria influir na... em ele achar em agredir o lugar ou a ele mesmo, entendeu?... então eu acho que você tem que se colocar, se respeitar, não se mostrar. Isso não é legal pra você, né?” (autoridade de ensino, Rio de Janeiro).

“É um pouco desagradável quando você vê” (estudante, Cuiabá).

“No shopping eu vi dois homens se beijando, sentado na praça. Gente, eu falei, meu Deus, gente que absurdo. Sabe, aquela coisa mais esquisita. Como a... falou mesmo, eu não me acostumo. A não ser futuramente” (professor/a, Goiânia).

“É difícil, né, de encarar... eu num sei, é difícil... fica estranho... se nós tamo acostumados a ver, né, o côncavo e o convexo, assim, acertando tão bem, se harmonizando... que é bem complicado pra mim... realmente é complicadíssimo” (professor/a, Curitiba).

Entrevistador(a): *“Travestis frequentam essa escola ou não?”*

Estudante 1: *Não.*

Estudante 2: *Não. Não.*

Estudante 3: *“Graças a Deus, não”* (Grupo Focal Estudantes, Curitiba)

“Por que será que a gente não tem alunos travesti na escola? Porque não é o espaço deles [...] não é que não queira estudar. [...] Se alguém tem a ousadia de permanecer, tem que ter muita força de vontade [...]” (professor/a, Porto Alegre).

“...mas existe sim uma invisibilidade... não se diz que tem, é as mesmas pessoas que talvez tenham uma outra orientação sexual ou qualquer outra coisa que diferencie, que não seja só a questão da sexualidade... então, não é que em todos os lugares que vão ter um tratamento diferenciado, mas também você não vê. Aí, em função de que não vê, a pessoa não existe ali... como se não existisse em lugar nenhum” (autoridade escolar).

Esses depoimentos mostram a necessidade de reflexão e conhecimento a respeito dos temas da sexualidade, especialmente das homossexualidades, pois pode-se notar uma lacuna de um conhecimento histórico e intercultural adequado, principalmente pelos profissionais que estão em contato direto com a formação das futuras gerações. Mesmo com todas as adversidades, os professores ainda são a esperança de muitos jovens que não conseguem expor seus problemas com as famílias, devido às suas tradições religiosas ou morais e,

embora os processos de educação informal, onde destaco especialmente a mídia televisiva, nos últimos vinte anos tenham veiculado inúmeras situações onde a diversidade sexual tem sido relatada e visibilizada, esta temática ainda se constitui num tabu nos currículos escolares (FURLANI, 2005, p. 78-79).

De acordo com Silva (2012, p. 230), essa invisibilidade causada em diversos ambientes de convivência social se dá a partir de incontáveis processos educativos. “A escola é um desses lugares. Quando ela não percebe a dinâmica de organização dos investimentos discriminatórios, se cala, ou pior, reforça e produz violências e segregações, está potencializando o projeto homofóbico”. E complementa: “a escola reflete o sexismo que permeia toda a sociedade” (VIANNA; RIDENTI, 1998 apud SILVA, 2012, p. 230).

Nestes casos, os educadores podem servir como amigos para os alunos, contando com sua confiança. Servir como um adulto de referência, sabendo que “ser adulto de referência não se confunde com ser mais um familiar (mãe, tia, irmão mais velho, tio), mas implica uma relação de amizade profunda e gosto pelo aprendizado do educando” (SEFFNER, 2011, p. 570), livres de pré-conceitos e julgamentos, para que possam auxiliar em quaisquer dificuldades que os educandos vivenciam. Enxergar o professor como um amigo, podendo contar suas angústias, alegrias e outros sentimentos, sem ter medo do julgamento negativo destes sentimentos, é muito importante para a formação humana dos alunos. Poder contar com alguém que escuta e não julga é a função do amigo, papel que os educadores podem adquirir. Quando compreendidos, os jovens interagem mais, sentem-se mais confiantes e se relacionam muito melhor com os demais. A amizade também é um “patrimônio de aprendizado”.

(SEFFNER, 2011, p. 566). Ela seria tomada como um local de acolhimento e vista de forma construtiva e positiva por todos os educandos, já que,

a escola não é mais a única fonte de saber para a maioria dos temas. Mas isso não deve implicar seu desprestígio. Em algumas áreas, ela é ainda importante fonte de acesso a conhecimentos científicos e sociais. Em outras áreas, ela atua estabelecendo a mediação entre diferentes fontes de conhecimento acessadas pelos alunos. Mas ela não perdeu sua função nem o professor perdeu sua importância como adulto de referência para o diálogo e a construção do conhecimento científico da criança (SEFFNER, 2011, p. 570).

Junqueira (2009a, p. 17) traz outros dados que demonstram a necessidade de realização de estudos e formação na área da sexualidade. Referindo-se à pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), *Perfil dos professores brasileiros*, ele aponta que “para 59,7% deles é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais”.

Também, com base em dados da UNESCO, a Agência LGBT¹⁰ Brasil traz os resultados de uma pesquisa feita em 14 capitais brasileiras, onde: 27% dos(as) estudantes não gostariam de ter um(a) colega de classe homossexual, 60% dos(as) professores(as) não sabem como abordar a questão em sala de aula e 35% dos pais e mães não apoiam que seus filhos(as) estudem no mesmo local que *gays* e *lésbicas*.

Um artigo publicado na *Archives of Pediatric and Adolescent Medicine* “sustenta que o índice de suicídio entre adolescentes homossexuais é três vezes maior que entre seus pares heterossexuais” (GAROFALO et al., apud MELLO et al., 2009, p. 160).

O Brasil é, segundo dados fornecidos pelo Grupo Gay da Bahia¹¹, o país com a maior quantidade de registros de crimes homofóbicos do mundo, seguido pelo México e Estados Unidos. Conforme dados do Ministério da Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos, ocorreram 3.084 denúncias e 9.982 violações de direitos humanos relacionados à identidade de gênero no Brasil em 2012. Também houve um crescimento de 183% do registro de vítimas de violência por homofobia, subindo de 1.713 para 4.851¹².

¹⁰Dados disponíveis em: <<http://agencialgbt.com.br/homossexualidade-e-o-papel-da-escola.html>>. Acesso em: 30/07/12.

¹¹Dados disponíveis em: <<http://www.ggb.org.br/dossier%20de%20assassinatos%20de%20homossexuais%20em%202009.html>>. Acesso em: 15/06/2012.

¹²Dados disponíveis em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/profissional-e-gestor/vigilancia/links-vigilancia?start=170>>. Acesso em 15/12/13.

2.3 Escola X diversidades sexuais

A escola, como diz Junqueira (2009a, p. 36), mesmo com todas as suas dificuldades, é um espaço onde podem ser construídos novos padrões de aprendizagem, convivência, produção e transmissão de conhecimento, ainda mais se ali forem desestabilizados certos “valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica”. Entretanto, os profissionais da educação, como afirma o autor, não contam com diretrizes e instrumentos, ou conhecimentos adequados para enfrentar tais situações. É comum afirmarem não saberem como agir frente a todas essas questões, inclusive quando há casos de agressão a um estudante que parece ou afirma ser homossexual, bissexual ou transgênero.

O foco atual dos debates em torno da sexualidade está no que diz respeito às diversidades de expressões sexuais encontradas na sala de aula, uniões homoafetivas, homoparentalidade e homofobia. O assunto envolve vários tabus e paradigmas impostos por algumas pessoas em determinadas épocas e culturas. Não assim tão recentes, “essas são as expressões mais patentes do preconceito e da discriminação nos debates públicos e nas lutas sociais e políticas desde meados do século XX” (RIOS, 2009, p.53). Este debate, aliás, nunca foi esquecido durante toda a história da humanidade. Como aborda Foucault (2011), o tema do amor pelos rapazes, que teve muitas reflexões na época clássica, perdeu um pouco a intensidade nos primeiros séculos de nossa era, contudo, não significa que as práticas tenham desaparecido ou se tornado objeto de desqualificação.

Essa maior visibilidade, apesar de ter aumentado, possui suas contradições. De um lado, “alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual, e até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais”, mas, por outro, “setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física” (LOURO, 2001, p. 542).

É difícil compreender que ainda existam atitudes discriminatórias em relação a pessoas ou grupos que estão fora dos “padrões sociais”; que certas sociedades ou instituições estabeleçam e ainda estabelecem como “adequados”, enquanto deveriam ser considerados como oportunidades de interação e riqueza cultural.

Mais do que preocupados, considerando toda essa heterogeneidade, isso deve levar-nos a observar a dificuldade do nosso tempo em chegar a um acordo sobre a adequação das ações de uns e de outros, e ter consciência da *necessidade do diálogo*

para o relacionamento com os demais, compreender a natureza dos conflitos que aumentam nos dias de hoje, e acima de tudo perder o medo da diferença, aos estranhos, que temos a tendência de marginalizar diariamente, seja física ou moralmente (AGUILERA, 2010, p. 84, grifo do autor, tradução nossa).

O problema que se verifica em algumas escolas e que reflete nas práticas sociais é que a escola se baseia em certas normas e valores pensados para uma sociedade branca, heterossexual e com poder aquisitivo. As divergências surgem com uma escola acessível a todos/as, quando as demais subjetividades ganham visibilidade. Porém, o que se tinha antes acaba virando um padrão, como formas normais e naturais, e as diferenças se tornam um “problema”. Essas normas acabam por atravessar as diferenças, que tentam se adaptar e acabam se tornando o desvio, o anormal, os que se sentem indesejados, repulsivos, anormais.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (LOURO, 2011, p. 62, grifos da autora).

É necessário questionar certos limites quanto a “naturalidades” e discursos dentro da escola, pois, como demonstrado nos depoimentos, recentemente, existem muitos casos em que os professores/estudantes/pais afirmam que cada um tem seu lugar e sempre foi assim; que isso não é para meninos; ou que aquilo não é para meninas; que não é postura de menina; que os meninos são de “natureza” mais ágeis e potentes e as meninas, frágeis e comportadas. Ainda existem declarações que tratam da docilidade da menina e da hiperatividade dos meninos. “De quem falam, afinal, as teorias de desenvolvimento ou as psicopedagogias senão de um sujeito *universal* – pretendendo que o que se diz sobre *ele* seja válido para a compreensão de meninos e meninas, da vila ou da grande cidade, brancos/as, negros/as, índios/as?” (LOURO, 2011, p. 88, grifos da autora).

Afinal, é “natural” que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se “misturem” para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão “características” de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar esses alunos e alunas através de critérios diferentes? Como professoras de séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são “naturalmente” mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando

encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos “preocupar”, pois isso é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando “desvios” de comportamento? (LOURO, 2011, p. 68, grifos da autora).

Outra consideração importante que Louro (2011) traz é a de que, indagados sobre as questões da sexualidade, muitos profissionais da educação respondem que em sua instituição não precisam se preocupar, pois não tem nenhum “problema” nessa área, ou que isso compete à família. A escola não só reproduz as noções de gênero e sexualidade presentes na sociedade como as produz. Os profissionais da educação deveriam se preocupar com esse “problema” sim e também com tantos outros que passam despercebidos e invisíveis, causando sempre o mesmo discurso comum, marcado por seu caráter pré-concebido e excludente.

Convém destacar que “diversos grupos de vozes desenharam esses sujeitos” (LOURO, 2011, p. 104). A memória histórica dos sujeitos professores/as deve ser compreendida para que se possa fazer uma crítica ao modelo das regras normativas dispostas atualmente. O processo constituinte de professores e da sociedade torna as relações de gênero e a separação do masculino e do feminino representações “naturais”, “reais”. Contudo, como parte integrante das atuais problematizações sobre a sexualidade, esses professores/as poderiam se questionar quanto à naturalidade das coisas, a realidade das regras e os padrões normativos apresentados como únicos, corretos e para todo o sempre.

Diferenças, distinções desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres, e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 2011, p. 61).

Há uma espécie de naturalização das coisas. Sabe-se por onde andar, quem pode e quem não pode falar, circular, fazer. A constituição e a pluralidade dos sujeitos faz com que cada um se encaixe em um determinado lugar no mundo, sabendo suas regras e funções e tendo que agir conforme as normas. Tudo parece estar pronto, dado, desde sempre aí. Para os privilegiados nesse contexto, tudo parece natural, eles não têm “culpa” de tudo ser como sempre foi. Aquelles que buscam circular em outros espaços e atrever-se em locais novos, fogem da “normalidade” e são vistos com estranhamento, como os diferentes. Apesar das

dificuldades, é a partir desses sujeitos que as coisas vistas como “desde sempre aí” podem ser questionadas, modificadas e reinventadas.

Na escola, aprende-se desde cedo o que é certo e o que é errado, o que se pode tocar, ouvir, falar e o que é proibido. Aprendem-se algumas habilidades e não outras. Também se distinguia, no passado, quem ia para escola ou quem não ia somente pelos comportamentos que tinham. Era possível distinguir as meninas normalistas, e os meninos que estudavam em colégios militares ou seminários. As marcas estavam presentes e ainda se fazem presentes no cotidiano escolar. Está em tempo de problematizar essas fabricações de sujeitos de acordo com padrões de “naturalidade”. Questionar tudo que é tido como “natural” talvez seja uma das mais importantes tarefas atuais (LOURO, 2011).

2.4 As ‘novas’ conjunturas familiares

Um tema que parece não existir no contexto educacional brasileiro, mas que está sendo bastante discutido em grupos de pesquisa nacionais e internacionais¹³ é a homoparentalidade. Como trazem Mello et al. (2009), vivenciamos mais recentemente a invisibilidade dos filhos e filhas de mães e pais de situação homoafetiva – seja ela em conjugalidade de dupla filiação ou em situações de monoparentalidade –, onde essas crianças estão expostas a novas formas de preconceito e discriminação, pois estão na contramão das formas hegemônicas da identidade gênero e da orientação sexual. Apesar de uma realidade recente, sabe-se que esses filhos e filhas são um número cada vez mais crescente na sociedade brasileira, porém, até o momento, o assunto parece estar praticamente ignorado, principalmente, nas escolas. Diante desse contexto, pais e mães homoafetivos, orientam seus filhos a não revelarem a situação não convencional vivida em casa aos professores, colegas e demais profissionais da escola, por medo do preconceito e da violência que enfrentariam.

Quando os rumos das atitudes de invisibilidade chegam ao extremo, como casos de suicídio, atentados, dor e sofrimento, é que as pessoas começam a se preocupar com as prevenções. Sabe-se que os mínimos direitos humanos já deveriam estar assegurados, sem a intervenção e luta dos grupos sociais marginalizados por consequência de padrões sociais dominantes¹⁴.

¹³ Refere-se à rede coordenada pelos professores Miriam Pillar Grossi, Luiz Mello e Anna Paula Uziel, que reúne professores, pesquisadores e alunos do Brasil e da América Latina em investigações sobre as questões relativas à parentalidade e à união conjugal de pessoas do mesmo sexo.

¹⁴ Aqui, procura-se enfatizar também todos os acontecimentos trágicos, casos extremos de violência cometidos por pessoas que sofrem diversos tipos de discriminação, que muitas vezes cometem suicídio, ou atentados à

Uma das razões dessa não abertura ao tema das diversidades sexuais e o de não aceitação social da filiação dos casais homoafetivos estaria ligada ao pré-conceito de que poderia favorecer ou influenciar os jovens a se tornarem homo-bi-trans-sexuais. Porém, isso não se sustenta já na sua formulação, de outro modo, de onde viriam as influências dos filhos homossexuais de pais com relações heterossexuais? Não há razão, como afirmam Mello et al. (2009, p. 166), para acreditar que a aprovação de leis que reconheçam os direitos de cidadania às pessoas homossexuais aumentará o número de *gays*, lésbicas, bissexuais e/ou transexuais, pois o desejo não se constrói simplesmente por um efeito de imitação, “mas por meio de um complexo e ainda pouco conhecido processo que, provavelmente, reúne componentes sociais, psicológicos e biológicos, intrínsecos à história singular de cada sujeito”.

Segundo Dias (2009, p. 220), em uma pesquisa realizada pela organização *American Longitudinal Lesbian Family Studies*, que levou 22 anos para ser concluída, “filhos de casais de lésbicas têm tendência a serem mais felizes e saudáveis que os educados por pais héteros”. E sentem-se menos atingidos por atitudes preconceituosas. O estudo apontou ainda outros aspectos onde se pode notar que não há prejuízo social ou psíquico algum em ter pais ou mães de relações homoafetivas.

Muitas escolas ainda estão estagnadas em modelos tradicionais de ensino não se prepararam, ou nem pretendem se preparar, para as novas configurações inseridas em nossa sociedade. Todos sabem da importância da relação escola/família para a educação, principalmente nas séries iniciais onde se constrói todo o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança. E esta relação com a família e a sociedade é importante. Entretanto, sabe-se que algumas escolas vêm negligenciando as novas concepções familiares e acabam rompendo esses laços importantes ao desenvolvimento dessas crianças, ao ignorar as famílias homoafetivas e filhos e filhas de pais e mães que diferem dos padrões tidos como “normais”. É aí que as barreiras e preconceitos ao tratar com o tema e aceitá-lo como uma realidade na escola surgem, justamente porque a escola tem a tendência de achar e esperar que essa família, da relação escola-família, seja somente a tradicional, formada por pai-mãe-filhos(as).

Na maioria das aulas, dos livros didáticos e apostilas, são ignorados ou negados a amplitude das diversidades familiares e sociais, a pluralidade dos sujeitos, as trocas, as diferentes culturas, o cruzamento das fronteiras, as humanidades, solidariedades e os conflitos

vida de outras pessoas como uma forma de vingança ou desespero, devido a anos de tratamento discriminatório, sofrimento e pressões internas que são obrigados a viver, só por não estarem de acordo com os padrões dominantes.

entre os sujeitos (LOURO, 2011). Os planos de aula e até mesmo as intervenções docentes não contemplam as diversidades, seja por falta de esclarecimento, seja por despreparo ou, ainda, por opiniões pessoais inculcadas, que não permitem aceitar ou mesmo falar sobre as diferenças. Essa invisibilidade causada pela escola acaba ocasionando um efeito de não abrangência das diversidades, pois não se fala sobre o que não existe para eles, deixando marginalizados todos aqueles que existem sim e muitas vezes não são capazes de se impor e exigir seu direito de igualdade e dignidade.

Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada, por alguns, de *inocência*) é vista como mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (LOURO, 2011, p. 72, grifos da autora).

Lima (2011) traz um caso de real exímio escolar, ocorrido em uma escola pública na região metropolitana de Porto Alegre, onde relata a experiência de um menino de 10 anos, filho de um casal homoparental composto por duas mães, que passou a apresentar comportamento agressivo em função do preconceito dos colegas em relação à sua situação familiar. A atitude da escola e da diretora foi o de levar essa problemática ao âmbito da família. Ao observarem o comportamento do menino, foram reportá-lo às mães. Ainda segundo a diretora, as mães ficaram agradecidas quanto à “boa” ação e disponibilidade da escola em “ajudar” o menino e se mostraram preocupadas com as ações que seu filho vinha tomando na escola. Porém, como a autora descreve, compreende-se esse movimento da escola como uma forma de delegar à família a responsabilidade sobre os acontecimentos que surgiram no contexto escolar, como sendo um problema familiar. Isso, no entanto, deveria ser uma questão problematizada na própria escola, pelos sujeitos participantes de todo esse processo discriminatório.

Tal inversão se deve ao despreparo e à não aceitação de famílias homoparentais na escola e na sociedade, pois ainda são vistas como uma relação parental anormal. Quando se questiona essa falta de formação e conhecimento, é oportuno tomar como referência Felipe (2009, p. 48), que fala que os profissionais docentes alegam não ter recebido instruções específicas para trabalhar com esses temas. Inclusive, pode-se observar muitas vezes que, quando se oferecem cursos de formação continuada a respeito da sexualidade, os profissionais

da educação infantil ficam de fora, possivelmente devido ao fato de acreditarem que as crianças são desprovidas de sexualidades, ou não vivenciam situações em seus cotidianos que as coloquem em contato direto com a temática das diversidades sexuais, quando o que se esperaria ter em mente é que,

os alunos não são mais egressos de famílias homogêneas. Temos hoje na sociedade brasileira uma diversidade enorme de agregados familiares. Não é mais o caso de se falar em família, no singular, e sim em famílias, no plural, e valorizar os arranjos que suportam o cuidado familiar das crianças, respeitando suas diferentes moralidades (SEFFNER, 2011, p. 570).

O passo seguinte deste texto é investigar o que leva alguns seres humanos a odiar outros seres humanos simplesmente por divergirem desses padrões estabelecidos como verdades que se perpetuaram através dos discursos ao longo dos tempos. Será que o simples fato de saber que um ser pode se relacionar com outro ser do mesmo sexo o torna pecaminoso, sujo, repugnante? A possibilidade de imprimir a alguns grupos ou indivíduos certas marcas ou estigmas de não merecedores de existência, de vulneráveis, de “não humanos” serve para quê, afinal?

Cabe refletir de onde vêm o ódio e a repugnância que uns sentem em relação aos outros, somente por conta de relações afetivas e práticas sexuais que divergem desta normatividade construída socialmente (que diz que as relações afetivas e sexuais devem ser somente entre pessoas do sexo oposto, que as famílias são compostas por pai, mãe e filhos/as). Essas normas acabam por gerar um grupo estigmatizado e descrito como “anormal”, posto à margem da sociedade, e que, apesar disso, serve para afirmar a “normalidade” dos demais, como dito anteriormente.

3 INVESTIGAÇÕES DAS RAÍZES DOS DISCURSOS E DOS SENTIMENTOS

Quando se questiona de onde vêm os preconceitos, a intolerância e o ódio a determinados grupos ou indivíduos, tenta-se encontrar uma resposta diante de tantas explicações complexas, de diferentes fontes, de distintos sentidos. Quando se reflete a partir de outros pontos de vista, as decisões humanas, certas leis e muitas explicações podem ter significados bastante diversos. Se pensarmos no preconceito a homossexuais, os resquícios das condenações, os critérios utilizados para julgar os crimes de sodomia no passado, além de outras práticas consideradas “anormais”, registra-se que a repugnância tinha um peso muito grande nas tomadas de decisão por parte dos julgadores. Nussbaum, (2006, p. 179, trad. nossa), por exemplo, menciona o julgamento de Oscar Wilde, que foi condenado por sodomia, onde o juiz proferiu sua sentença baseado no sentido de repugnância, pois, o que “os detalhes terríveis” praticados pelo acusado causariam no peito dos “homens de honra” que os escutassem?

A sociedade de cada época (re)cria suas normas morais e com isso institui as barreiras do que é certo ou normal. Com isso, certos grupos acabam sendo estigmatizados e discriminados. O que foi acordado por um grupo dominante torna-se algo “natural” para atacar outros grupos, como foi o caso da escravidão, do nazismo e do fascismo. Depois de algum tempo, chega-se à compreensão de que certas atitudes foram absurdas. Porém, os resquícios e os estigmas em relação a certos grupos permanecem.

O objetivo deste capítulo é refletir acerca da estigmatização e exclusão de determinados grupos de indivíduos, em especial aos de orientações sexuais diversas do padrão heteronormativo, uma vez que isto provoca agressões físicas e psicológicas que restringem a própria liberdade e a dignidade humana.

Para compreender alguns destes aspectos da sexualidade, buscam-se as reflexões dos antigos, a influência do cristianismo e a intervenção dos estudos da medicina e da psicologia, a partir do século XIX, problematizados por Michel Foucault, principalmente em *A vontade de saber* e no *O uso dos prazeres*. Segue-se, à luz da filósofa estadunidense Martha Nussbaum, que, com um amplo estudo a respeito da repugnância, da vergonha e da lei, trata especialmente da vulnerabilidade humana e reflete sobre a complexa e frágil estrutura de desenvolvimento dos seres humanos. Outros autores também serão utilizados para a construção e clarificação de algumas abordagens.

3.1 Foucault: do pensamento grego à doutrina cristã da carne

Com tantos discursos, vontades de saber e necessidade de controle e poder, inúmeros conflitos foram travados durante toda história da humanidade. As disputas de poder que refletem o discurso do período atual, embasam-se ainda por uma classificação e atribuição de o que é certo e o que é errado, numa disputa de saberes. Segundo Bauman (1998, p. 183), ocorre uma mudança não equivalente a uma emancipação sexual, onde se libertam atitudes sexuais antes coagidas, mas sim uma “redisposição do sexo a serviço de um novo padrão de integração social e reprodução [...] integrante de uma mudança social muito mais ampla e completa”.

Nossa época chega à sexualidade com um conhecimento científico muito avançado e um conhecimento intrínseco marcado por sua historicidade. Se já na Antiguidade o que se exigia era temperança, deve-se preservá-la, mas uma temperança dos desejos e do prazer deve livrar-se de certos véus que proíbem atitudes que são do ser, da alma. Um estado de tranquilidade da alma exige um estado de tranquilidade do corpo. Que não se entenda uma libertina busca por prazeres sem limites, mas que se tenha uma liberdade de seu próprio conhecimento. De seu próprio ser. O que Foucault enfatizou em seus últimos escritos e em suas obras da história da sexualidade é o que diz o próprio título da última: *O cuidado de si*, que pretende executar uma autêntica arte da existência.

Muitos são os discursos dos comportamentos sexuais dos gregos, certamente mais toleráveis que os dos cristãos ou que alguns dos discursos da Modernidade. Não existia um termo específico para tratar a sexualidade. O termo *sexualidade*, surgiu no início do século XIX, note-se o período, justamente quando começa a necessidade de se saber sobre, instaurar regras e normas, de instituições religiosas, jurídicas, pedagógicas e médicas. Portanto, a preocupação era menor, ou pelo menos, a necessidade de classificação ou condenação. O que era pensado, refletido na Antiguidade, eram ideias de idade para o casamento e filhos, alimentação antes do ato sexual, em que estações e períodos os atos eram mais ou menos recomendados etc. (FOUCAULT, 2012a).

Havia certo pudor em relação ao sexo, ou melhor, a temperança. Talvez essa reserva se deva ao desconhecimento dos resultados dos *aphrodisia*¹⁵. Nas investigações e conhecimentos médicos da época, o ponto chave era a precaução, portanto até que não se chegasse a um consenso sobre determinado assunto, o que deveria valer era a prudência. Por

¹⁵ Definição utilizada pelos gregos para entender os prazeres, a substância ética da moral antiga, diferente da experiência cristã da carne e da experiência moderna da sexualidade.

isso que muitos textos faziam analogias baseados em fatos da natureza, em animais. É assim que se percebe o que muitas vezes está imbuído nos discursos até hoje, de práticas e/ou atitudes, naturais e não naturais. Isso reflete desde procedimentos mais gerais, com dificuldades em tratar de certos temas da bioética, até mais específicos, como no caso das relações conjugais de um casal.

Os pensadores da época se questionavam sobre essa relação do desejo do corpo, que poderia não estar associada ao desejo da alma. Como esta era muito valorizada, insistiam numa luta contra os desejos que dessem prazer somente ao corpo, porém a problematização maior não foi tanto de como se dão os desejos e o prazer, mas a força com que se é levado pelos prazeres e desejos. Visto que esta força era intensa, devido ao ato propriamente, isto então era o mais debatido por pensadores e médicos, não tanto a quem se destinavam os desejos, mas como eram praticados, sua intensidade (FOUCAULT, 2012a).

Por isso começou um discurso de prudência, e de se praticar somente o necessário, afinal não se sabiam as consequências que tais atos poderiam ocasionar. Ora, de que forma era o ato sexual natural? Somente para fins naturais, ou seja, para a manutenção da espécie humana. Entretanto “as práticas que contravêm a natureza e o princípio da procriação não são explicadas como efeito de uma natureza anormal ou de uma forma particular de desejo; elas nada mais são do que a consequência do desmensurado: ‘é a intemperança no prazer’ (*akrateia hedones*) que está na sua origem” (FOUCAULT, 2012a, p. 58, grifos do autor).

Como eles não conheciam certos aspectos fisiológicos, a primeira intuição adotada era de que o sêmen poderia ser resultado de uma produção do cérebro que descia pela coluna até ser expelido pelos órgãos sexuais. Portanto, sua preocupação era de uma fonte esgotável deste líquido, que poderia enlouquecer ou enfraquecer o homem pelo excesso. Numa passagem de Aristóteles “beber e comer o não importa o quê até ficar supersaturado é ultrapassar em quantidade (*toiplethei*) o que a natureza demanda” (ARISTÓTELES, 1970 apud FOUCAULT, 2012a, p. 58).

A partir da era cristã, houve uma reinterpretação do sentido de temperança, praticado pelos antigos, instituindo um dispositivo de controle e ciência do sexo, onde este não foi acobertado, pelo contrário, foi “descoberto” analisado, psiquiatrizado. Se antes o homossexual era visto como um desvio natural, nesta nova era seria um desvio a ser estudado, medicado, controlado. Segundo Foucault (2012a), a moral cristã define uma universalidade modulada dos atos sexuais, indicando as condições que o tornam legítimo ou não, se casada ou não, com ou sem votos.

A moralidade comportamental foi submetida a um constante discurso normatizado, criando uma ciência sexual, em oposição à arte erótica das culturas orientais que “não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2013a, p. 65). Pode-se dizer que a civilização ocidental, ao contrário, não possui uma arte erótica, e pratica sim uma *scientia sexualis*, dentro desta estabeleceram-se o rigor dado às formas do saber-poder-prazer, os métodos de classificação, tratamento, discursos médicos etc.

Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer (FOUCAULT, 2013a, p. 82).

O discurso, para Foucault, não deve ser compreendido simplesmente como o conjunto de coisas que se dizem nem como a maneira de dizê-las. Ele está igualmente “no que não se diz, ou que se marca por gestos, atitudes, maneiras de ser, esquemas de comportamentos, manejos espaciais. O discurso é o conjunto das significações constrangidas e constrangedoras que passam através das relações sociais” (FOUCAULT, 2011, p. 220).

Para o autor, foram através de tais discursos que se multiplicaram “as condenações judiciárias das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis” (FOUCAULT, 2013a, p. 43).

Tem-se, a partir desta construção do discurso do que é permitido ou natural, e do que é proibido ou anormal, toda uma estratégia de controle sobre o sexo, sobre o indivíduo. Ao mesmo tempo em que ele vai moldando suas subjetividades de acordo com esse agente normatizador, as outras subjetividades não normais continuam a existir como sempre existiram, mas passaram a ser estudadas, enquadradas, patologizadas.

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra, só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá *status* e deverá pagar as sanções (FOUCAULT 2013a, p. 9-10, grifo do autor).

No decorrer dos tempos, inquietações e exigências marcaram a sexualidade. A expressão de um medo, um modelo de comportamento, a imagem de uma atitude desqualificada, um exemplo de abstinência (FOUCAULT, 2012a). O medo manteve-se até os avanços do conhecimento fisiológico. Reconheceu-se uma obsessão da medicina e da pedagogia em torno do desperdício sexual (do sêmen) que poderia repercutir em doenças, morte e até mesmo em perigo a existência da humanidade.

No esquema de comportamento da virtude conjugal para os antigos, já se percebia uma austeridade sexual valorizada por certos moralistas. No texto de Foucault, há uma passagem que exemplifica esse esquema comportamental, e era caracterizada como espelho para os casados, onde São Francisco de Sales expunha o modelo conjugal do elefante: “ele nunca troca de fêmea... só acasala a cada três anos... e tão secretamente que jamais alguém o viu nesse ato... [após] vai ao rio no qual lava todo corpo... não querendo de modo algum retornar ao seu bando sem antes purificar-se” (FOUCAULT, 2012a, p. 24).

Na imagem de uma atitude desqualificada, entra a questão dos homossexuais, que já eram vistos de forma esquisita pelos antigos, por seus trejeitos, postura feminina e voz tênue,

O domínio dos amores masculinos pode muito bem ser “livre” na antiguidade grega, em todo caso bem mais do que o foi nas sociedades europeias modernas; não resta dúvida, entretanto, que bem cedo se vê marcar intensas reações negativas e formas de desqualificação que se prolongarão por muito tempo (FOUCAULT, 2012a, p. 27, grifo do autor).

O amor aos rapazes não era condenado, porém nunca foi bem visto quando marcava uma renúncia “voluntária” ao papel viril, ou seja, quando, por motivos que não se podiam explicar, nascesse com traços femininos, gerasse uma imagem desqualificada do estereótipo masculino da época e, por conseguinte, motivo de zombarias e aversão.

Foucault (2014, p. 153,154) mostra, através dos estudos de Dover sobre a homossexualidade para os gregos, as principais distinções ético-morais entre aquela época e a Modernidade. Para os antigos, um dos pontos principais da ética era a distinção entre ativos e passivos nas relações, onde os primeiros eram valorizados e os segundos, que corresponderiam ao papel da mulher e do escravo, só poderiam ser vergonhosos para o homem, já que “as relações de amor e de prazer entre indivíduos de sexo masculino se organizavam conforme regras precisas e exigentes”. Tem-se então, a principal diferença entre os antigos e os modernos, “para nós, é a preferência do objeto (hétero ou homossexual) que marca a diferença essencial; para os gregos, é a posição do sujeito (ativo ou passivo) que fixa a grande fronteira moral”. Para os gregos, os comportamentos morais não tinham códigos, leis

civis, ou religiosas, ou mesmo uma lei natural do que se poderia ou não fazer. No entanto, “a ética sexual era exigente, complexa, múltipla. Mas como, talvez uma *technê*, uma arte – uma arte de viver entendida como cuidado de si mesmo e de sua existência”.

O modelo de abstinência, adotado pelo cristianismo tempos depois, era aquele onde se deveria resistir às tentações do prazer. Isto era visto como uma forma de poder, de controle sobre si, associada a heróis e atletas, e também a formas de sabedoria. Foucault (2012b) dá o exemplo de Sócrates, quando do banquete, onde ele próprio resistia a não tocar a beleza encantadora de Alcebiades. Uma relação entre abstinência e acesso à verdade.

O que preocupava na era cristã, era um discurso de manutenção de um código de conduta que orientasse os indivíduos. Nesse código, a orientação era de que se deveriam seguir princípios naturais observados e obtidos de reflexões ao longo da história. Para que isso fosse possível, tudo foi pensado, pesquisado e elaborado para que se “provassem” certas maneiras de ser, que seriam melhores ou naturais, e que as demais seriam desvios. “A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida da prática da sodomia para uma espécie de androginia inferior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2013a, p. 51).

Surge então a normatividade sexual, de forma que “somente é possível suportar um corpo que carregue um sexo que corresponda ao desejo correspondente ao sexo verdadeiro. Essa é a regra de ouro da heterossexualidade normativa” (CESAR, 2009, p. 6). O que venha a desviar dessa norma passa a ser objeto de intervenção, objeto de margem, pelo qual a forma aceita de sexualidade possa se afirmar como única e natural. Isso não é resultado somente do cristianismo, são também resquícios dos processos de medicalização e psiquiatrização do século XIX. “Penso que, antes do séc. XIX, não se encontra, ou muito raramente, a ideia de que os indivíduos se definissem por suas condutas ou seus desejos sexuais. ‘Dize-me teus desejos e eu te direi quem és’: esse pedido é característico do séc. XIX” (FOUCAULT, 2014, p. 200).

No contexto de moralidade dos antigos, a preocupação com suas condutas morais, com sua ética, as relações consigo e com os outros era maior do que códigos religiosos, e não estava ligada a nenhum sistema judicial ou social: “as leis contra as más condutas sexuais são muito raras e pouco constrangentes [...] o que os preocupava mais, seu grande tema, era constituir uma espécie de moral que fosse uma estética da existência” (FOUCAULT, 2014, p. 216).

Pois bem, eu me pergunto se nosso problema hoje não é, de certa maneira, o mesmo, visto que, para a maior parte, nós não acreditamos que uma moral possa ser fundada sobre a religião e não queremos um sistema legal que intervenha em nossa vida moral, pessoal e íntima. Os movimentos de liberação recentes sofrem por não encontrar princípios sobre o qual fundar a elaboração de uma nova moral. Eles precisam de uma moral, mas não conseguem achar outra senão aquela que se funda sobre um pretense conhecimento científico do que seja o eu, o desejo, o inconsciente etc. (FOUCAULT, 2014, p. 217).

Não se pode de todo modo generalizar esses tópicos como se fossem discursos normatizadores de uma conduta moral de cada época. Pretendeu-se, neste ponto, somente explicitar alguns dos temas de debate a respeito da sexualidade na Antiguidade, no período do cristianismo e na Modernidade. Assim como pensava Foucault, não se necessita interligar problemas morais e saberes científicos. “Entre as invenções culturais da humanidade, há todo um tesouro de procedimentos, de técnicas, de mecanismos que não podem realmente ser reativados, mas que ajudam a constituir uma espécie de ponto de vista, que pode ser útil para analisar e para transformar o que acontece à nossa volta, hoje” (FOUCAULT, 2014, p.222), de como, por exemplo, foram se constituindo os discursos depreciativos em torno das sexualidades, que divergem do “padrão ideal”, presenciados hoje.

3.2 Nussbaum: a patologia da repugnância

A partir da observação desses diferentes pontos de vista, pode-se dizer que o sentido da existência sempre foi e será um dos temas intensos de reflexão da sociedade. Durante anos o homem soluciona problemas, calcula, pensa, estuda, estipula leis, constrói e desconstrói teorias, verdades, métodos... tudo isso nos constitui como sociedade, como seres humanos. A cada tempo surgem teorias a respeito das relações humanas, seus códigos de condutas, valores morais e, dependendo da época, uma lei pode ser irracional, mesmo que em outra tenha sido indiscutível. A cor da pele, uma religião, uma prática sexual ou uma raça foram e ainda são assuntos de muitos debates.

A discriminação e a intolerância presentes na sociedade em relação a determinados grupos ou indivíduos deixa, sem dúvida, uma pergunta: Por que existem atitudes violentas, preconceituosas e intoleráveis, apesar de toda a evolução científica e humana de nossa época? Nussbaum (2006) aponta que um dos fatores que influencia certas atitudes é a repugnância que determinadas pessoas sentem por outras, justificando-se pela própria não aceitação de ser animal/mortal.

A repugnância, segundo a autora, corporiza uma rejeição à contaminação, que está associada ao desejo humano de ser “não animal”. Tal rejeição está frequentemente vinculada a certas práticas sociais incertas, aquelas onde o incômodo que as pessoas sentem por terem um corpo animal se projeta para indivíduos e grupos vulneráveis. Essas reações não são sensatas, “tanto porque incorporam a aspiração de converter-se em um tipo de ser que não se é, como porque, neste processo de perseguir essa aspiração, fazem dos outros alvos de graves danos” (NUSSBAUM, 2006, p.93, trad. nossa).

Segundo os estudos de Rozin apud Nussbaum (2006), este afastamento que alguns sentem em relação aos demais pode se chamar repugnância, mas não exclusivamente uma sensação de perigo ou um simples não gostar, pois o não gostar depende muito das concepções que cada um possui a respeito do objeto, afinal, o que para uns é desgostoso, para outros não. Também tem uma profundidade maior do que perigo, pois muitos destes grupos estigmatizados não apresentam nenhum perigo ou ameaça. A repugnância é entendida então “como um fenômeno da psique humana que pertence antes de tudo à esfera das emoções” (DALBOSCO, 2012, p. 132).

A partir de ideologias e conceitos instituídos como verdades em certos períodos e por certos padrões normativos, constrói-se o normal e o anormal e esses padrões continuam por muito tempo marcando determinados grupos, fazendo com que sejam entendidos como ameaças para a própria existência humana. Entretanto, tendo-se uma visão mais ampla acerca da constituição das sociedades, percebe-se justamente que a diferença e a singularidade servem para o desenvolvimento e a sobrevivência da espécie.

Em nossos tempos, de exacerbado apego ao narcisismo e extremado culto ao individualismo, aquele que nos é estranho, e que por isso deveria nos despertar o fascínio pelo reconhecimento mútuo, mais que nunca tem sido visto como o que nos ameaça. Voltamos as costas ao outro – seja ele o imigrante, o pobre, o negro, o indígena, a mulher, o homossexual – como tentativa de nos preservar, esquecendo que assim implodimos a nossa própria condição de existir (RUFATTO, 2013, p. 1).

A citação acima é parte de um discurso feito pelo escritor Luiz Rufatto, na conferência de abertura da Feira do Livro de Frankfurt, em 2013. Pretende-se com este trecho trazer o enfoque (na questão da repugnância) às orientações sexuais diversas do padrão heteronormativo no cenário brasileiro, visto que, para se fazer uma crítica ou estudar a repugnância bem como outras emoções, é preciso começar com uma análise das especificidades da cultura em questão (NUSSBAUM, 2006, p. 120).

Sabe-se que, no Brasil, a repugnância é tipicamente contra todos os indivíduos que não se enquadram num padrão normativo que vem sendo constituído no decorrer dos tempos, começando pelo exemplo do genocídio aos índios, passando pela escravidão e, nos tempos atuais, encontramos o culto excessivo a um padrão de corpo e comportamento que exclui a maioria das pessoas. As poucas que se enquadram são homens, heterossexuais, de classe média a alta, malhados.

Os discursos que sustentam esse padrão podem ser presenciados diariamente nas escolas, na mídia, nas conversas entre as pessoas. Criam-se estereótipos difíceis de desestabilizar, instituindo assim muitos pré-conceitos em relação a grupos ou indivíduos. Quem já não ouviu por aí: “Índio bom é índio morto. Favela é lugar de marginal e de negros. Ser *gay* é ‘falta de laço’! Mulher tem que ficar em casa. Gordo é gordo porque é preguiçoso. Os estrangeiros são uma ameaça”. Esses, entre tantos outros preconceitos, estão nas falas de muitos adultos e crianças cotidianamente. Cabe ressaltar que as crianças não têm essa característica de repugno inata, aprendem com o meio social. A aversão é, pois, algo construído.

Segundo Nussbaum (2006, p. 115, trad. nossa), a “repugnância parece não estar presente nas crianças até os primeiros três anos de vida [...] é aprendida mais tarde, é uma força social poderosa que converte a atração (simpatia) em aversão”. É importante questionar-se de onde nasce essa aversão a certos grupos, e, no caso deste estudo, de onde vem essa aversão a outros seres humanos somente por terem formas diferentes de expressões sexuais em relação a outros, e que levam a dados preocupantes no Brasil, demonstrados anteriormente. É fundamental refletir sobre isso quando se pensa em uma sociedade democrática livre, onde todos se tratem com dignidade.

Com o decorrer de estudos e pesquisas nos mais variados campos da sociedade, e com a inserção recente de pessoas que foram estigmatizadas ao longo dos tempos, interessadas nessas pesquisas, pode-se ter uma ideia de como se criou uma sociedade que favorece a uns e exclui outros. Como diz Nussbaum (2006, p. 351, trad. nossa), “nossa sociedade dá atenção para alguns e, até recentemente, negligenciou a outros”. Isso faz com que os “normais” pensem que estão/são bons/naturais ou propriamente “normais”, e os demais são/estão considerados “o desvio”, as maçãs podres que podem contaminar e decompor as outras, a sociedade. Como reflete Zimbardo (2012), não são necessariamente as maçãs podres que contaminam as outras, o problema geralmente está no cesto. “Os sistemas, e não apenas os temperamentos ou as circunstâncias, precisam ser levados em conta para que se possa compreender padrões complexos de comportamento” (ZIMBARDO, 2012, p. 30).

3.3 Questionamento dos discursos

Um crime de ódio (agressão ou morte) contra um homossexual, não pode ser entendido como um crime “comum”. Muitas vezes, o agressor defende-se dizendo que foi assediado pela vítima, mas quais as razões que o levariam a sentir tamanha repugnância contra este ser homossexual para cometer tal ato? Provavelmente, isto resulte da normatividade construída socialmente, a mesma que rotula as relações homossexuais como “anormais, sujas e pecaminosas”, assim como foram tratadas as condenações por sodomia. Outras teorias sustentam que se trata do próprio desejo homossexual reprimido, que então vê no outro a vulnerabilidade de seu próprio eu, e tenta rechaçá-la violentando-o¹⁶, ou ainda, fazem-se presentes os inúmeros discursos religiosos que tratam as relações homossexuais como não naturais.

Ao observar a complexidade dos fatos envolvidos, tenta-se entender por que muitas das leis que garantem dignidade em relação a homossexuais encontram-se rodeadas de reações pró e contras. Os favoráveis às decisões se baseiam na igualdade e liberdade de direito a todos os seres humanos, da liberdade em relação ao corpo, pois são atos consentidos, que dizem respeito sempre a pessoas racionais adultas, que não causam danos a terceiros. Os contrários, carregados das concepções construídas socialmente, geralmente apelam a discursos sobre moralidade e crenças religiosas, de que tais atos são antinaturais, que desintegram a “família”. Há, ainda, quem pense que tais atos, se consentidos legalmente, colocariam em risco a própria humanidade, o que não faz sentido algum, uma vez que “o uso da repugnância para sustentar leis contra atos homossexuais privados e consentidos é sem dúvida ‘meramente construtivo’ ou hipotético” (NUSSBAUM, 2006, p. 151, trad. nossa, grifo da autora).

É “natural” para algumas pessoas enxergar outras como repugnantes, pois vivem sob uma escuridão socialmente construída, de que alguns seres humanos não são dignos de serem tratados ou classificados como tal, como aconteceu com o nazismo e o fascismo, ou em tempos anteriores, como traz Nussbaum (2006, p. 67, trad. nossa, parafraseando Rousseau), em que “os reis e nobres na França não tinham compaixão pelas classes mais baixas porque não seriam seres humanos, sempre sujeitos a todas as vicissitudes da vida”.

¹⁶ Um exemplo pode ser visto na recente publicação de Weinstein, Ryan W., DeHaan, Przybylski, Legate e Ryan R., na revista *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 102(4), Apr. 2012, 815-832. Disponível em <<http://psycnet.apa.org/journals/psp/102/4/815/>>. Acesso em: 15/11/13.

Pode-se considerar que algumas pessoas ainda carregam a herança de um desprezo ou repugno a determinados grupos estigmatizados, que não são inatos, mas sim repassados de geração em geração, às vezes inconscientemente, às vezes propositalmente, num tipo de luta pela manutenção de um suposto “status” ou “poder”. Pensando na contemporaneidade, o que faz algumas pessoas ainda acreditarem que são superiores a outras? Supõe-se que as legitimidades de algumas ações se dão pela concordância da maioria das pessoas, em que podemos fundamentar, ou realmente afirmar que essa maioria está certa? “Não estamos simplesmente convidando a maioria a impor-se tiranicamente sobre a minoria, decidindo que os valores da minoria são menos legítimos ou menos importantes que os valores da maioria?” (NUSSBAUM, 2006, p. 73, trad. nossa).

Quando se tem em mente uma sociedade complexa como a atual, onde muitos caminham à homogeneidade, todas estas questões devem ser muito bem refletidas. Muitas vezes, observamos pessoas criticando e agredindo outras, sem razões ou explicações coesas. Fazem isso simplesmente porque alguém está fazendo, ou porque defendem ideais que nem conhecem adequadamente. Está em tempo de clarear as ideias e refletir com mais profundidade a respeito de muitos conceitos.

A vergonha, que resulta em culpa e não pertencimento, de muitos homossexuais gera um enclausuramento, um fechamento, um sentimento depressivo que conseqüentemente leva à construção de outro ser, o ser representativo do papel social ao qual é vinculado, preso aos papéis de gênero. A sociedade, ao atribuir que o ser deve representar o papel feminino ou masculino de acordo com seu sexo biológico, inclusive nas práticas sexuais, estigmatiza e cria barreiras aos que atravessam esses padrões normativos, designando assim uma imagem depreciativa, repugnante destes grupos, fazendo com que sejam vistos como seres humanos inferiores, legitimando assim discursos preconceituosos e atitudes violentas.

Torna-se essencial discutir as relações de gênero, a sexualidade de maneira intercultural e histórica, principalmente na escola, onde muitos professores ainda ditam as normas do que é coisa de menino, e do que é coisa de menina, como se existissem padrões pré-estabelecidos e de que isso influenciaria até nos atos sexuais futuros. Pensar como se podem desestabilizar essas crenças, pois elas acabam perpetuando estereótipos de gênero, fazendo com que um seja superior ao outro, ou que um tenha um papel mais importante que o do outro na sociedade. Somente quando as crianças se livrarem de amarras que estabelecem os papéis de gênero, é que se poderá ter uma equidade entre sexos e gêneros, respeito mútuo e a consciência de que, independente do sexo biológico e das práticas sexuais, todos são seres

humanos, com liberdade, direitos e deveres. Do contrário, continua-se criando situações desfavoráveis a certas minorias, tornando-os cada vez menos seres humanos,

De modo mais geral, se o que o ser quer profundamente é uma espécie de simbiose e integridade ideal, que é inatingível, a impossibilidade para alcançar esse objetivo, com a vergonha pela própria existência humana incompleta, (acaba por) produzir uma sensação geral de vazio e falta de sentido (NUSSBAUM, 2006, p.246, trad. nossa).

O fato de se aprovarem leis que igualem direitos de homossexuais aos de heterossexuais em nada afetará o numero dos primeiros. É o simples fato de igualdade de direitos, de dignidade humana. Ao pensar por um momento, aprovando ou não aprovando o casamento entre pessoas do mesmo sexo, as pessoas não mudarão suas práticas afetivas e/ou sexuais. O que está evidente é que existe uma discriminação de direitos, que é negada a um grupo de pessoas devido às suas subjetividades. E isso é negar um direito humano de existência. Por isso, é importante a legalização do casamento e da adoção por pessoas do mesmo sexo, pois os princípios básicos de família e laços afetivos não podem ser livres a somente um grupo de pessoas que foi construído historicamente como preferível deste direito, mas sim a todos. Para Nussbaum (2006, p.300, trad. nossa), é difícil identificar a lógica por detrás da reflexão de que o matrimônio homossexual prejudicaria o heterossexual. “É a ideia de que os heterossexuais estão tão descontentes com a instituição do matrimônio que irão correndo buscar uniões com pessoas do mesmo sexo, se isto for possível? Sem dúvida, isso é altamente improvável”.

O que pregam os discursos anti-homossexuais é que este grupo levaria ao fim da família, dos valores, à degeneração da humanidade. Ora, tais argumentos são absolutamente frágeis. Não são práticas sexuais ou relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo que corrompem a sociedade. O que está acontecendo na sociedade atual é uma inversão de valores, uma superficialidade humana em relação ao outro, um egoísmo acentuado, criado por um mundo que valoriza exageradamente o consumismo e o materialismo em detrimento da formação humana, das relações interpessoais, da amizade, do amor¹⁷.

Os discursos religiosos utilizados para negar o direito a uma igualdade de existência a este grupo de seres humanos também são fundamentos frágeis, pois:

¹⁷ Alguns autores que tratam deste assunto: Bauman (2001 e 2004); Giddens (2002); Lipovetsky (2004); Sennett (1988).

Uma frase no Levítico condena alguns atos homossexuais (masculinos). Centenas de frases em ambos os testamentos condenam a avareza. E, no entanto, não ouvimos que o ganancioso, e aqueles que realizam atos de ganância, sejam uma infecção em nossa comunidade, que estão subvertendo os nossos valores mais preciosos e que um interesse importante na moralidade pública, nos leva a negar-lhes a igualdade de direitos civis (NUSSBAUM, 2006, p. 299, trad. nossa).

Somente o medo de contaminação e contágio, por algo que historicamente tem sido utilizado para estigmatizar um grupo de pessoas como anormais e sujas, é que explica o fato de atitudes violentas e discursos irracionais dos que ainda são contra as uniões de pessoas do mesmo sexo, gerando certo “pânico moral”, termo esse cunhado por Cohen (1972), em seu estudo sobre grupos rivais da sociedade britânica nos anos 60. Segundo o autor, os pânicos morais são reações de histeria e exagero, criados principalmente pela imprensa, que projetam certos grupos como fenômenos “anormais” e ameaças à sociedade. O autor indica que seriam positivos se projetados sobre o que realmente deveriam ser pânicos morais, a grupos que realmente seriam ameaças sociais, como indivíduos corruptos, gananciosos, ou temas como erradicação da fome no mundo, das enfermidades.

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha "ao compasso da verdade" – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos. A produção de discursos "verdadeiros" (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da "verdade" – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita (FOUCAULT, 1979, p. 231, grifos do autor).

Uma importante evolução neste sentido seria trabalhar o conceito de estética da existência, contemporaneamente, com a visibilidade e aceitação de novas formas de existência e maior liberdade às diversas subjetividades, tratadas por Michel Foucault, principalmente em seus últimos estudos. A liberdade e a perspectiva de novas possibilidades relacionais surgiram principalmente em suas observações dos movimentos sociais da época (anos 60 na Europa, e na década de 80 no Brasil), pelo seu potencial crítico, reflexivo e de resistência. O que caracterizava a forma de vida desses primeiros movimentos era a contestação das normas, a desestabilização de padrões impostos constituídos pelo saber-poder-prazer, que criou identidades, padrões e normas para classificar, medicalizar e tratar as “anormalidades”.

Signos se criaram para explicar as leis, os números, as palavras, as teorias... desenvolveram o homem, suas normas morais, suas leis. Se os signos são construídos, podem ser reconstruídos. Se um grupo foi considerado estigmatizado, o foi por algum discurso, sob alguma alegação de teorias fundadas em verdades históricas. Sabendo que “as verdades

históricas descansam sobre um terreno complexo, contingente e frágil” (MARSHALL apud VEIGA-NETO 2011, p. 60), certos pré-conceitos podem se desfazer, bem como pré-julgamentos sobre a natureza humana. Isso acarreta uma nova simbologia a respeito das normas e regras morais. É o mesmo que dizer que um movimento conjunto de forças pode resultar numa sociedade que repense seus preconceitos e trate de explorar a diversidade humana de forma positiva, pois sabe-se que a pluralidade caracteriza os seres desde o nascimento, “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive, ou viverá” (ARENDT, 2014 p. 9-10).

Espera-se, a seguir, provocar uma reflexão a respeito de novas possibilidades de existência sem que para isso sejam criados novos padrões e normatividades. Sem dúvida, são necessárias leis para equipar as condições de grupos sociais. Se por muito tempo certos grupos foram estigmatizados e excluídos, é importante que se pense formas de amparar esses prejuízos. Não se pode perder, com isso, o potencial crítico de resistência às normatividades, que procuram afundir esses novos sujeitos, fazendo com que se desenvolvam outros grupos marginalizados. Quem não se encaixa em relações e padrões que a sociedade cria, tem os mesmos direitos e liberdades de existir, da forma que quiser, são esses grupos que inventam novas possibilidades existenciais e, deve-se respeitar e aceitar as mais variadas subjetividades humanas, não somente as que possuem um amparo social ou legal.

A desestabilização da repugnância deve ser uma importante preocupação da educação. E a possibilidade de celebrar existências plurais e sem enquadramentos deve ser vista como condição humana. Baseando-se nestas reflexões, entre Foucault e Nussbaum, identificam-se perspectivas educacionais que podem contribuir para a superação da homofobia na sociedade. Além da comunidade LGBT, outros grupos podem se beneficiar com os resultados dessas conexões.

4 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES

Divide-se a discussão deste capítulo em três partes. A primeira, à luz de Nussbaum, trata da desestabilização da repugnância como possibilidade de uma convivência digna entre os seres humanos e mostra como uma educação intercultural, liberal e voltada para a real democracia pode servir na desconstrução de estereótipos e preconceitos. Na segunda parte, à luz de Foucault, procura-se demonstrar como se pode perceber, ou trazer à contemporaneidade, o conceito de estética da existência, servindo como outra possibilidade de superação de certos preconceitos, além de possibilitar o enriquecimento das relações humanas. A terceira parte reflete os anseios do campo educacional diante das discussões levantadas. O impasse entre suas pedagogias tradicionais e as diversidades que atravessam as normas. E, diante de todos os questionamentos e reflexões apresentados neste estudo, as considerações finais servem como um leque de perspectivas e possibilidades interligando o que foi discutido com um futuro que se deseja. Não que sirva como um manual dogmatizado de como se faz, ou como se deve fazer, antes tem a intenção de clarear e instigar as pessoas a conhecerem, abrirem-se aos outros, serem mais livres e felizes.

4.1 À luz de Nussbaum

Os preconceitos nascem da patologia intrínseca da repugnância associada à falta de capacidade para o diálogo com o outro, com o estranho a nós. Esse diálogo, segundo Gadamer (2013), relaciona-se com a capacidade de ampliação da interpretação de algo, mobiliza o horizonte interpretativo das situações. A educação deveria trabalhar uma perspectiva intercultural. Segundo Ouellet (apud ARAÚJO, 2011, p. 36), a educação intercultural designa toda a formação sistemática que visa desenvolver, quer nos grupos majoritários, quer nos minoritários:

- melhor compreensão das culturas nas sociedades modernas;
- maior capacidade de se comunicar entre pessoas de culturas diferentes;
- atitudes mais adaptadas ao contexto da diversidade cultural, através da compreensão dos mecanismos psicossociais e dos fatores sócio-políticos capazes de produzir preconceitos;
- maior capacidade de participar na interação social, para o sentido de pertença comum à humanidade.

Pesquisar temas que interessem os alunos e entender como estes temas são tratados em diferentes lugares ou culturas é um modo de pensar diferente, ou saber como os outros pensam. O estudo, a leitura e o conhecimento de outros lugares e culturas é um modo eficaz de desconstruir estereótipos e preconceitos. “Um bom ensino não deveria ser acrítico, necessitamos saber sobre o mundo em que vivemos [...] estudar outras culturas além da ‘nossa’” (NUSSBAUM, 2012, p. 186, trad. nossa, grifo da autora).

Os educadores podem proporcionar atividades de intercambio (pessoalmente ou *on-line*), para que os alunos façam amizade e conheçam outros pontos de vista, com pessoas de diferentes culturas, a respeito dos mais diversos temas. Dominar uma língua estrangeira também é importante. Segundo Nussbaum (2012, p. 188, trad. nossa), “todos os estudantes deveriam manejar uma língua estrangeira, em um nível de competência que seja possível ler periódicos e textos literários simples e entender transmissões de radio e televisão”. Dessa forma, além de adquirir conhecimento sobre outras culturas, também podem ensinar da sua. “Expressar as próprias ideias em uma língua estrangeira é uma forma tão boa quanto qualquer outra de ver a relação entre as semelhanças e diferenças, e deve dar forma a todo estudo intercultural”.

Segundo Nussbaum (2012), o objetivo da educação deveria ser o de formar estudantes com um conhecimento socrático, ou seja, de sua ignorância, tanto de outras culturas do mundo como, até certo ponto, de sua própria, pois quando existe um discurso simplista sobre diferenças culturais, os estudantes não serão inclinados a acreditar nisso sem antes questionar, investigar e saber se aquilo é ou não verdade. A partir dessa educação, eles deverão estar conscientes sobre temas culturais e metodológicos e encontrarão uma maneira de averiguar mais profundamente suas indagações. Ao abordar o diferente, deve-se ter uma consciência humanitária, uma fundamentação intelectual, buscando assim um melhor esclarecimento. Essas características são essenciais no mundo multicultural atual e dificilmente poderão ser desenvolvidas somente a partir da experiência pessoal.

Na atualidade, não é suficiente o que estamos fazendo para ampliar nosso conhecimento, e esta falha está prejudicando nossa nação, tanto nos negócios e na política como nos debates urgentes sobre o meio ambiente, a agricultura e os direitos humanos. Devemos, e podemos, cultivar o conhecimento através de uma educação liberal; e uma educação não será verdadeiramente liberal (capaz de formar cidadãos verdadeiramente livres e autônomos) a menos que se enfrente este desafio (NUSSBAUM, 2012, p. 188, trad. nossa).

O interessante dessa perspectiva, para este estudo, é que se deveria ter uma abertura maior ao outro, a outras culturas e modos de viver, e não sentir estranhamento, como se tem a

tendência de sê-lo, quando se conhece algo novo, diferente. “Não está claro por que deve ser uma marca de inferioridade uma cultura que se apropria de boas ideias vindas de outros lugares” (NUSSBAUM, 2012, p. 181, trad. nossa).

Parece que o medo, as resistências, em aceitar a polisssexualidade humana como uma realidade é de que ocorra uma revolução nos conceitos e expectativas dos papéis masculinos e femininos. Nussbaum (2012) traz o exemplo de Aristófanes quando criticava a nova educação em comparação com a antiga. Para ele, a nova suaviza o corpo viril, produzindo um cidadão sensível e receptivo, em contraposição à antiga educação que produzia verdadeiros machos. Para Nussbaum, essa educação produziria um cidadão irreflexivo, enquanto deveria estudar verdadeiramente a história e a variedade da sexualidade humana, que está vinculada a Sócrates e seu objetivo, “a vida examinada”. O ideal de educação deveria ser essa investigação do eu, proposta por Sócrates, resgatada por Foucault (no cuidado de si ou nas técnicas de si), que implica, neste caso, o afastamento deste ideal anti-socrático defendido por Aristófanes.

Essa ideia de cidadão irreflexivo e dogmático que constitui o real perigo para a cidadania democrática, porque nos exige não pensar sobre as coisas que necessitam com urgência um debate aprofundado. É o ideal socrático de um cidadão que reflete e compara, no que compete aos temas da sexualidade como em outros âmbitos, o que promete criar uma comunidade democrática mais rica, por ser verdadeiramente mais deliberativo (NUSSBAUM, 2012, p. 239, trad. nossa).

Quando a educação preencher esta lacuna formativa de um cidadão reflexivo e sensível, que tenta compreender o outro, tem-se a possibilidade de uma infinidade de áreas serem atingidas com justiça e humanidade. Os julgamentos, as decisões políticas, os discursos, não serão baseados no senso comum, ou no conhecimento superficial de determinados temas, como adoção por homossexuais, benefícios estendidos ao parceiro do mesmo sexo, assim como casais heterossexuais tem, em relação a planos de saúde e outros. “Como cidadãos do mundo, devemos falar sobre esses temas com pessoas de outras nações, cujas tradições e normas nestas áreas provavelmente são diferentes das nossas” (NUSSBAUM, 2012, p. 240, trad. nossa).

Infelizmente, ao se observarem certas reações atuais da sociedade, nota-se que em determinados contextos os resquícios do pensamento cristão, a condenação e não aceitação dos homossexuais é uma realidade extremamente cruel, como é o caso de Uganda na África, considerado o pior lugar do mundo para ser gay, sendo este inclusive o título de um

documentário¹⁸ que retrata como é a vida dos homossexuais em um dos 37 países africanos que condenam a homossexualidade.

Lá, eles são expulsos de casa, quando não denunciados às autoridades pela própria família. E o que é pior, tramita neste período uma lei que pode condenar os homossexuais à pena de morte. Como se não bastasse serem condenados a uma vida sub-humana, vivendo em locais extremamente precários e sem nenhuma perspectiva positiva, quando descobertos, são espancados e expulsos de suas casas. O curioso, como mostra o documentário, é que a maioria das pessoas acha que eles devem sim ser condenados e banidos da existência, pois há um forte discurso que parte das instituições de poder, governo, escolas, igrejas, que condena os homossexuais. Com tudo isso refletindo na mídia e na opinião pública, 90% da população acha que eles deveriam ser mortos. Até os jornais de Uganda fazem uma verdadeira campanha homofóbica, estampando diariamente em suas páginas fotos de homossexuais, a fim de serem denunciados.

O mentor do documentário, o inglês Scott Mills, choca-se diversas vezes ao ouvir as falas de padres, pastores e jovens nas escolas. E comove-se com as falas dos homossexuais resistentes e militantes, que, apesar de todo esse discurso político religioso que os condenam, mantêm-se na luta por dignidade. Comparando à realidade londrina, Scott fala emocionado de seu país, da liberdade e dignidade humana que possuem. Londres, em contraponto, está entre as cidades que mais respeitam as subjetividades e os estilos de vida diversos. Outro exemplo é a Dinamarca, que foi o primeiro país a legalizar a união entre pessoas do mesmo sexo em 1989.

Na sociedade, existem lugares onde o conceito do cuidado de si, idealizado por Foucault, é praticado, de certa forma, quando trata da empatia entre os seres. Já em Uganda, por exemplo, o discurso fundamentalista baseado em concepções religiosas ou moralistas de alguns que possuem o poder torna praticamente impossível uma convivência pacífica em torno das diversidades sexuais. Muito mais do que a resistência dos homossexuais naquele país, percebe-se que quem detém o poder não possui um saber legítimo da diversidade das subjetividades humanas. Quem tem poder, deveria ter consigo o saber das práticas de si, da ética, refletindo numa sociedade justa.

Os estudos interculturais podem nos mostrar que as invocações da ‘naturalidade’ e o ‘natural’ estão sempre presentes no terreno da sexualidade. Ao deixar claro toda a diversidade de condutas que se tem defendido sobre esta base, podemos ver o quanto

¹² Documentário realizado pelo DJ britânico Scott Mills, para a rede BBC de Londres (2011).

frágeis, na realidade, são essas invocações, e o estreito vínculo que têm com as imagens culturalmente formadas sobre como deveria ser um comportamento apropriado (NUSSBAUM, 2012, p. 253, grifos da autora, trad. nossa).

De acordo com Nussbaum (2012), a sociedade molda as crenças e as expectativas das pessoas de muitas maneiras, que acabam por incidir em determinadas emoções, como ódio, medo, amor. Se a construção social da sexualidade se deu pela construção dessas emoções, pode-se dizer que o ódio a homossexuais é uma construção. Assim, gerou-se um medo, como se pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo fossem uma ameaça.

É interessante investigar e conhecer de onde e por que surgiram as normas sociais que instituíram os homossexuais como pervertidos, sujeitos, e passíveis de repugnância, para deliberar sobre o problema da discriminação, mais do que tentar descobrir marcas, ou características que justifiquem geneticamente ou psicologicamente a homossexualidade, pois “as explicações biológicas das categorias sexuais, ainda que possam iluminar alguns aspectos de nossas vidas, são ainda muito incertas como para serem verdades reveladoras” (NUSSBAUM, 2012, p. 246). O caminho é saber conviver com as diferenças ao invés de tentar encontrar meios para justificá-las, tratá-las ou adaptá-las.

Tem-se uma noção de homem perfeito, associada ao que os homens que escreveram as histórias e traduziram textos tinham em mente. O estudo da sexualidade Grega deixou muitos fatores de lado, pois não era útil relatar nos estudos e nas pesquisas as experiências homossexuais dos gregos antigos. Até mesmo alguns termos de traduções em dicionários eram compreensões que quem escreveu gostaria de dar. Nussbaum (2012, p. 249, trad. nossa) traz como exemplo o significado de dois termos que se encontravam em um dicionário¹⁹: “*pedico* (desempenhar a função da pessoa que, em uma relação anal, penetra) encontrar-se-ia definido no dicionário como ‘praticar um vício antinatural’ [...] *irrumator* (pessoa que, em uma relação oral, desempenha a função de penetrar) só encontrariam ‘pessoa que pratica uma obscenidade bestial’”. Fica claro porque pesquisar e discernir de maneira apropriada a respeito da sexualidade é muito importante para a atualidade. “Até muito recentemente, não havia acesso a quase nenhum texto de conteúdo sexualmente explícito em algo parecido a uma tradução fiel” (NUSSBAUM, 2012, p. 249, trad. nossa).

Os sujeitos, diante de sua condição humana de finitude, podem adquirir duas atitudes perante a vida: simplesmente viver a vida com esta aí dada, sem se questionar sobre o mundo e sobre sua própria existência; ou podem assumir uma atitude de questionamento sobre sua existência finita e as maneiras de realizar algo com sua existência, de preocupação em

¹⁹ *A Latin Dictionary*, 1987.

construir um projeto de vida com outros seres, não contra outros seres. Na medida em que se reflete sobre a própria fragilidade enquanto seres humanos, isso permite pensar nos afetos e nas emoções como constitutivos da condição humana. O desafio é valorizar os afetos e emoções positivas, aprender a amar o diferente, o outro.

4.1.1 Educação liberal e educação para a democracia

Para Nussbaum (2012, p. 319, 323, trad. nossa), uma educação liberal é uma educação para a liberdade; é aquela que produz cidadãos livres, “que são livres não por causa da riqueza ou nascimento, mas porque são donos de suas próprias mentes”, em contraposição com a atualidade, que não valoriza a reflexão e cidadãos pensantes. Hoje, parecem estar mais preocupados com a formação de pessoas preparadas para o mercado e que, de preferência, não pensem, apenas consumam. “Na atualidade, aos olhos de muitos administradores (e pais de estudantes), parece muito desperdício permitir o aparente luxo de aprender para o enriquecimento da vida”.

Basta-se observar a distribuição das disciplinas escolares. As áreas humanas e das artes, quando estão presentes no currículo, têm apenas poucos períodos semanais, enquanto as áreas técnicas ocupam a maior parte. Preocupados com a vocação e a profissão, quase não se valorizam as áreas humanas. A pressão exercida pelas políticas estatais, por processos seletivos nas universidades e empresas, faz com que se desamparem as áreas preocupadas com um cidadão livre e consciente de sua existência. E, como afirma Nussbaum (2012, p. 327, trad. nossa), “seria catastrófico converter-se em uma nação de gente tecnicamente competente que tenha perdido a habilidade de pensar criticamente, de examinar-se a si mesma e de respeitar a humanidade e a diversidade dos outros”. Ainda, segunda ela, quem não aprender usar a razão e a imaginação para ingressar num mundo mais amplo, sendo capaz de acolher distintas culturas, grupos e ideias, acabará por empobrecer sua vida pessoal e a vida política, por mais exitosa que seja sua preparação profissional.

É urgente apoiar os esforços curriculares dirigidos a produzir cidadãos que possam se encarregar de seu raciocínio, que possam ver o diferente e o estrangeiro não como uma ameaça, que tenha que resistir, mas como um convite a explorar e compreender, expandindo suas mentes e sua capacidade de cidadania (NUSSBAUM, 2012, p. 327, trad. nossa).

Nussbaum (2010, p. 34, trad. nossa) questiona, com isso, a educação para a democracia²⁰: O que as nações esperam de uma democracia? O que significa o progresso para uma nação? Para muitos, o progresso é sinônimo de dinheiro. Como se o PIB fosse o fator essencial de qualidade de vida em geral para um país. Por este viés, as metas das nações deveriam ser o crescimento econômico. “Não importam a distribuição da riqueza, nem a desigualdade social. Não importam as condições necessárias para a estabilidade democrática. Não importa a qualidade das relações de gênero e de raça. Não importam os outros aspectos da qualidade de vida que não estão vinculados com o crescimento econômico”.

Democracia, para Nussbaum (2010), inclui todos no debate. Preocupa-se com todos, não com os interesses de alguns sobre os outros. O ideal socrático seria essencial para a democracia: questionar cada indivíduo com uma linguagem clara, sem excluir ninguém, questionando as ideias, ou seja, a real democracia. E uma educação liberal é parte do processo para se alcançar esse ideal de democracia, onde os programas educacionais se preocupem com uma educação que abranja as diversidades, que estudem outras culturas, que consigam formar um cidadão consciente de sua própria condição de pensar por si, de pensar em si e de pensar nos outros, de forma a ampliar seu alcance. O objetivo de uma educação liberal é de se abrir, constituir laços com os demais seres, ter empatia.

De acordo com Nussbaum (2010, p. 48-49), se as nações desejam trabalhar este tipo de democracia, promovendo oportunidades iguais para todos, as seguintes atitudes se tornam fundamentais:

- atitude de reflexão sobre as questões políticas que afetam a nação, analisar, estudar, argumentar e debater sem diferenças perante a autoridade ou a tradição;
- atitude para reconhecer o outro cidadão como pessoa de igual direito ao seu, mesmo que sejam de diferentes raças, religiões, gênero, orientação sexual, e contemplá-los com respeito, como fins em si mesmos, não como meios de obter benefícios próprios mediante sua manipulação;
- atitude de interessar-se pela vida dos outros, de entender as consequências que cada política implica para as oportunidades e experiências dos demais cidadãos e das pessoas que vivem em outras nações;

²⁰ Teorias como as de Frank I. Michelman ou Martha Nussbaum defendem um conceito de democracia funcional. Eles não estão dispostos a contentar-se com uma democracia nominal, na qual os atores sociais podem participar, sob sua própria iniciativa, da vida política. Opondo-se a esta concepção, estes autores defendem que somente uma concepção de democracia que garanta as condições materiais para o exercício efetivo das liberdades civis e políticas tornará possível alcançar uma democracia real (ARANGO, 2005, p. 97).

- atitude de imaginar uma variedade de questões complexas que afetam a trama da vida humana em seu desenvolvimento e refletir sobre a infância, a adolescência, as relações familiares, as doenças, a morte e muitos outros temas, fundamentando-se no conhecimento de toda uma gama de histórias concebidas mais do que um simples conjunto de dados;

- atitude para emitir um julgamento crítico sobre os dirigentes políticos, mas com uma ideia realista e com base nas possibilidades concretas que estes têm ao seu alcance;

- atitude de pensar no bem comum da humanidade como um todo, não somente reduzida às relações locais;

- atitude de conceber a própria nação como parte de uma ordem mundial complexa, na qual distintos tipos de questionamentos exigem um debate transnacional inteligente para suas soluções.

Se essas atitudes não forem valorizadas na educação das futuras gerações, estarão se produzindo pessoas com um único objetivo, o de mercado. “Se não insistirmos na importância fundamental das artes e das humanidades, estas desaparecerão, porque não servem para ganhar dinheiro. Só servem para algo muito mais valioso: para formar um mundo em que vale a pena viver” (NUSSBAUM, 2010, p 189, trad. nossa).

4.1.2 Educação sexual

A educação sexual, em ambientes educacionais, pode ser trabalhada de maneira interdisciplinar, pois o tema surge espontaneamente em diferentes situações. A sala de aula, por exemplo, é sempre uma “caixa de surpresas”. Os educadores e demais profissionais, necessitam ter uma base de formação histórica e intercultural sobre a sexualidade humana já em seus cursos de graduação, além de formação continuada, e nas escolas, professores especializados no tema, pois características, comportamentos, atitudes, normas e visões diversas surgem a todo instante. Para Nussbaum (2012, p. 274, trad. nossa), as pessoas que estudam a sexualidade a partir de uma perspectiva histórica e intercultural “são mais propensas a questionar muitos dos estereótipos degradantes e enganosos que geralmente se associam à homossexualidade em nossa sociedade”. Além disso, quando as pessoas se conscientizam das diversidades encontradas na história, são, até certo ponto, mais tolerantes com as diversidades encontradas ao seu redor.

Abordar temas relativos a gênero e sexualidade exige nas escolas a presença de professores com formação específica, feita geralmente na modalidade de formação continuada ou em serviço. Esses temas aparecem de modo imprevisto na sala de

aula, e em princípio qualquer professor deve estar preparado para uma abordagem inicial. Mas um trabalho continuado deve ser feito por docentes com qualificação dispostos a enfrentar essas questões (SEFFNER, 2011, p. 569).

Ao se tratar do tema das diversidades sexuais na escola, além do medo que alguns pais e educadores têm, de que os estudantes se “tornarão” *gays*, outros também sentem medo de professores homossexuais, mas isso não tem um fundamento justificável, seus filhos não serão homossexuais por influência. “A orientação sexual se forma muito cedo na vida, e as orientações, uma vez formadas, são muito resistentes à mudança, ou que sejam induzidas por forças psicológicas ou sociais” (NUSSBAUM, 2012, p. 268, trad. nossa). Segundo a autora, o que pode acontecer é simplesmente os jovens que forem homossexuais, sentirem-se mais livres para viver sua sexualidade, quando veem que o professor também é homossexual, sem se submeterem ao enclausuramento ou formar uma relação contra suas preferências. Assim como professores heterossexuais que trabalham numa perspectiva de tolerância e respeito aos homossexuais, seus alunos sentem que uma vida homossexual não precisa ser inferior ou prejudicada, e que pode ser capaz de assumir essa vida.

Em um mundo em que um grande número de adolescentes homossexuais experimentam depressão e até mesmo tentam suicídio, isto não parece um mau progresso; nem é considerado de forma negativa por muitos pais. O desenvolvimento de uma nova confiança e autoestima não impedirá ao estudante de tomar a decisão de seguir os ensinamentos de sua religião no que corresponde à manifestação explícita da preferência homossexual na conduta sexual; naturalmente, também se espera levá-lo a examinar minuciosamente os argumentos da religião, tanto nos seus fundamentos textuais, como na coerência interna e de humanidade (NUSSBAUM, 2012, p. 268, trad. nossa).

A justa medida entre conservadores e liberais deve se dar no âmbito do diálogo e de conhecer, não superficialmente, ambos os lados. Não é o objetivo, para que um grupo consiga seus direitos e sua dignidade, apontar culpados ou ser intolerante com outros grupos. Tem-se muitos exemplos destas disputas no campo religioso, homossexuais x religiões.

No âmbito das disputas sociais entre dois lados (hétero x homo, negro x branco, homem x mulher), a educação pode desenvolver caminhos que possibilitem o diálogo e a reflexão de ambos os lados, A e B, na intenção de formar o lado C, o sujeito crítico, reflexivo, consciente de sua humanidade, de suas limitações e de sua vulnerabilidade, capaz de compreender a si mesmo e aos outros não como binômios irreconciliáveis, mas conviver com as diversidades, ampliando sua visão, no intuito de desenvolver novas possibilidades nos

campos da ética, da moral, da política, das relações consigo e com os demais, de forma plural. Existem muito mais possibilidades do que aquelas que se conhece.

Não se pode esperar que os estudantes construam uma comunidade intelectual respeitosa e tolerante a menos que os docentes deem um sólido exemplo, deixando claro que a expressão aberta de diversos pontos de vista sobre estas questões, como entre outras, é parte essencial de uma comunidade acadêmica livre. [...] Estimular as pessoas a confrontar temas difíceis com calma e cuidadosos argumentos morais, textuais e históricos já é um avanço. Também é um avanço se a ocasião ajuda a eliminar a impressão de que todos os acadêmicos dedicados aos estudos da sexualidade são radicais com uma única agenda consensual (NUSSBAUM, 2012, p. 269, trad. nossa).

A mentalidade não se modifica instantaneamente, portanto, seria importante estabelecer, primeiramente, uma pedagogia do respeito, que é necessária em meio a uma sociedade complexa e plural, onde ambos os pontos de vista devem ser ouvidos e refletidos. Porém, com o decorrer do tempo, outro recurso, seria trabalhar o espírito de solidariedade e empatia, pois soam mais agradáveis do que respeito. Não se poderia falar em tolerância ou respeito, mas sim em aceitação e visibilidade, em todos os sentidos, aos outros seres e ao planeta como um todo. O problema de se falar em tolerância é que “apesar de seu impulso aparentemente generoso [...] implica também uma certa superioridade por parte de quem mostra ‘tolerância’”. Quanto ao respeito, “implica um certo essencialismo cultural, pelo qual as diferenças culturais são vistas como fixas, como já definitivamente estabelecidas, restando apenas ‘respeitá-las’” (SILVA, 2001, p. 88, grifos do autor). Ou se assume uma postura solidária em relação ao outro, com aceitação e visibilidade da diferença como uma igualdade, uma igualdade na condição de ser humano ou o futuro da humanidade estará comprometido.

É importante conhecer o outro, dialogar com o outro, e este diálogo pode ser visto a partir da perspectiva hermenêutica, pois é um princípio constitutivo do viver juntos, “o homem se constrói pelo diálogo [...] o diálogo é a arte sublime da convivência humana” (GADAMER, 2013). O autor diz que o diálogo se constrói pela linguagem, pela própria linguagem, não a linguagem que se aprende em gramática ou que se encontra nos dicionários, senão a linguagem com a qual verdadeiramente nos entendemos uns com os outros, e que é codificada com algumas regras, nos dicionários, na gramática, nos textos literários. Todavia, a linguagem é realmente entendida somente na medida em que se usa numa situação de diálogo, em que se ouve alguma coisa e se diz alguma coisa. Só então, e só neste momento luminoso – portanto, quando comunica – é que pode ocorrer o entendimento.

O diálogo existe, desse modo, quando se tem o momento de ouvir e o momento de falar. Quando ocorre o diálogo, entendemos o outro, o outro nos entende. Pode-se assim, chegar a uma síntese, um acordo, uma mudança de ideias, um rompimento de pré-conceitos. Somente quando ocorre essa verdadeira comunicação, tem-se a possibilidade de compreender e se fazer compreender. Esta é uma característica importante no mundo atual, uma vez que “la civilidad muere con la muerte del diálogo” (MURRAY, apud NUSSBAUM, 2012, p. 270).

Os meios de comunicação, audiovisuais, escritos e de hipermídia, têm um importante papel na construção da opinião pública, portanto são importantes recursos atuais – se não os mais importantes – para formar uma sociedade mais otimista e solidária em relação ao outro, e aos outros seres. A mídia deveria atuar com compromisso de valorizar a diversidade, a solidariedade, o cuidado do planeta e a preservação da vida.

Deveríamos preparar nossos estudantes para que façam de toda sociedade um lugar mais respeitoso e menos violento. A educação sobre a sexualidade é muito importante neste esforço. [...] Mesmo que seja uma luta difícil, que a muitos indivíduos tem causado problemas em suas vidas profissionais, a sexualidade em geral, e a homossexualidade em particular, estão sendo agora aceitas como temas legítimos de pesquisa. Ainda há muito por fazer (NUSSBAUM, 2012, p. 273, trad. nossa).

A abertura para novas culturas e modos de viver necessita antes passar pela barreira da não aceitação do diferente. Os ambientes educacionais podem contribuir neste contexto, de evitar a discriminação e de prevenir, em relação às futuras gerações, esse sentimento de repugnância, que causa danos a tantos indivíduos e grupos sociais marginalizados (índios, negros, mulheres, homossexuais, estrangeiros, pobres). Nesse sentido, “a compreensão e o respeito pela diferença, como atitude mínima exigida para a construção de uma convivência livre e democrática, implica a ruptura com a patologia da repugnância, e o meio mais eficaz de fazê-lo ainda continua sendo a educação das novas gerações” (DALBOSCO, 2012, p. 133).

O fato de que, para alguns, a repugnância sofrida, não implique um transtorno em sua vida atual, e no decorrer de seu desenvolvimento, não justifica querer dizer que o movimento contra as atitudes de violência e a exigência de leis que combatam a homofobia, por exemplo, sejam modismos ou medidas desnecessárias. Algumas falas no cotidiano, até mesmo de alguns educadores, dizem que sofrer algum tipo de discriminação faz parte do desenvolvimento humano, porém deve-se observar distintamente o que são desafios, as brincadeiras escolares e o que são atitudes discriminatórias. Cada ser humano é único e

complexo, suas reações diante dos fatos implicam em seu desenvolvimento. Portanto, se certas atitudes são vistas como válidas por alguns, podem não ser para outros.

Modismo ou não, o que se deve pensar no campo da educação e conseqüentemente nas escolas, na sociedade e nos meios de comunicação são possibilidades de desestabilização das condutas de repugnância a certos grupos construídos socialmente como “imorais” ou “anormais”, simplesmente por questões de raça, gênero, orientações sexuais, escolhas religiosas, locais de origem etc. A preocupação é defender a dignidade humana. Ressalta-se, ainda, que parece muito cômodo às pessoas “bem resolvidas” em suas fases adultas e que foram vítimas de alguma discriminação dizer que é normal sofrer algum tipo de menosprezo na escola, sabendo que estas pessoas estão hoje no *hall* dos “normais”. E quanto àqueles que continuam sendo estigmatizados mesmo depois da escola? Cabe-lhes continuar vítimas da repugnância? Isso seria o que Nussbaum (2006, p. 275, trad. nossa, grifo da autora) observa, a saber, que “os ‘normais’ precisam destes [excluídos] para se sentir completos em sua busca de invulnerabilidade e de triunfo narcisista”.

Ainda, segundo a autora, a educação tem que pensar de forma contínua nas necessidades e anseios de cada ser, desenvolvendo ao mesmo tempo a capacidade de perceber a necessidade dos demais. A educação poderia dar especial atenção à complexidade da vida, sendo os sentidos de solidariedade e empatia reais possibilidades na busca de respostas para essa complexidade.

Também cabe ressaltar, que essa educação não somente é de responsabilidade da escola, as demais instituições sociais e os sistemas que controlam a sociedade, em geral, necessitam preocupar-se mais com a questão da empatia e da solidariedade, das humanidades e da sustentabilidade, que envolve não só as relações interpessoais, mas também as relações dos seres humanos com o planeta e com os demais seres. É através do exemplo que se aprende, tanto para o bem quanto para o mal,

[...] quando a situação ou alguma companhia lhes dá *permissão* para se envolver em ação antissocial ou violenta contra outros [...], as pessoas estão prontas para a guerra. Se, em vez disso, a situação transmite apenas uma redução do autocentramento do anonimato e encoraja o comportamento pró-social, as pessoas estão prontas para fazer amor (ZIMBARDO, 2012, p. 421/422, grifo do autor).

Certos aspectos na educação e na sociedade podem ser repensados, em relação às complexidades sociais, a fim de que se possam desestabilizar antigas crenças que tratam certos grupos de indivíduos como repugnantes, como não humanos, utilizando-os como um padrão do que não ser, confortando os demais acerca de sua tentativa de ocultar suas

imperfeições e sua condição de animal/mortal. “Qualquer sociedade construída sobre a base de normas de respeito mútuo e reciprocidade tem fortes motivos para avaliar como pode ser minimizado o impacto prejudicial do estigma” (NUSSBAUM, 2006, p. 264, trad. nossa).

O aluno pode desenvolver a capacidade de ver o mundo a partir da perspectiva do outro, especialmente aqueles que a sociedade estigmatiza e exclui ao longo dos tempos, vistos como “objetos” ou “seres inferiores”. As metas da educação podem desestabilizar a crença de seres perfeitos, em busca de mais perfeição, em contrapartida, mostrar que ser frágil não é vergonhoso e que precisar dos outros não os torna indignos da qualidade de ser humano. Ter necessidades, considerar-se incompleto, nada disso é vergonhoso, senão oportunidades de “cooperação e reciprocidade”. Trazer conteúdos e tópicos relacionados sobre os grupos estigmatizados pela sociedade, a fim de problematizar pré-conceitos e estereótipos que se criam sobre eles, também são metas educacionais. A ideia é ajudar a desenvolver uma consciência crítica e coragem em seus alunos para que possam falar e se expressar, mesmo que confrontem, saudavelmente, outras opiniões (NUSSBAUM, 2010, p. 73-74, trad. nossa).

Tudo isso pode parecer “muito ambicioso” nas palavras da própria autora, mas quando ocorrer uma mobilização conjunta das instituições sociais (famílias, escolas, meios de comunicação) é que pode surgir a possibilidade da desestabilização de certas construções e de discursos que estigmatizam e excluem determinados grupos. Assim podem ser constituídas novas éticas de viver, ou como buscou Foucault, uma ressignificação da estética da existência.

4.2 À luz de Foucault

Os movimentos sociais de libertação foram responsáveis por modificar as relações tradicionais e normativas, trazendo à tona aqueles que viviam invisíveis ou às margens sociais. Miskolci (2006, p. 690) traz dois exemplos de movimentos que concretizam a criação de estéticas da existência: um na Espanha, o grupo de mulheres anarquistas constituído durante a guerra civil conhecido como *Mujeres Libres*²¹, e outro formado por artistas e filósofos que refletiam sobre como desestabilizar o assujeitamento contra aqueles que amavam seus iguais. “De Oscar Wilde a Michel Foucault, avançou-se refinou-se uma proposta de constituição de novos estilos de vida que tomassem como ponto de partida o

²¹ Fundada na Espanha no ano de 1936, meses antes do início da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a *Agrupación Mujeres Libres* nasceu da união de dois grupos anarco-feministas, o *Mujeres Libres de Madrid* e o *Grupo Cultural Femenino*, de Barcelona. Com propostas de criação de escolas para mulheres operárias, creches, cursos de capacitação e profissionalizantes, maternidades etc., para a libertação da mulher, sua atuação foi muito marcada pelo contexto da guerra (BIAJOLI, 2005, p. 1).

rompimento normativo que marca as vidas daqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo”.

Foucault (2010, p. 351, grifo do autor), ao investigar a sexualidade em sua obra *História da sexualidade: o cuidado de si*, trouxe uma perspectiva de criação de novos modos de vida a partir da existência *gay*. Para ele, esse novo tipo de relação poderia ser um modo de viver sem encerrar-se nos modelos institucionais ou jurídicos que se tem conhecimento. “Um modo de vida pode-se compartilhar entre indivíduos de idade, *status*, atividade social diferentes. Ele pode dar lugar a relações intensas, que não se parecem com nenhuma daquelas que são institucionalizadas, e parece-me que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética”.

É importante ressaltar que o significado de *gay* para Foucault difere do conceito de homossexual. Para ele, o homossexual é uma criação, objeto de conhecimento das ciências, enquanto o *gay* é um grupo de posicionamento político, na luta por direitos, despatologização, descriminalização, uma forma de resistência às normatividades das relações pessoais. Ser *gay*, para Foucault, seria a possibilidade de inventar novas formas de relações, estilos de vida (DODSWORTH-MAGNAVITA, 2012)

Para Miskolci (2006, p. 691), “Foucault apontava o potencial inventivo que residia nas relações sociais inventadas por aqueles que a sociedade classificava como anormais e desviantes”. Partir dessa perspectiva, leva a problematizar as questões normativas das relações sociais para que se possa empenhar por uma maior liberdade das relações humanas, com possibilidades amplas de constituições das subjetividades, sem que isso traga danos à dignidade e segurança de viver e de se expressar. A partir das criações de comunidades, por aqueles que a sociedade “normal” e institucionalizada excluía, nasceram inúmeras possibilidades relacionais que misturavam homens e mulheres, jovens e idosos, de diferentes classes sociais, numa espécie de comunidade de ajuda mútua, que fazia o papel que instituições como a família, a igreja e a escola não faziam.

4.2.1 A estética da existência e o cuidado de si

O tema da estética da existência surge, para Foucault, quando problematiza a moral na Antiguidade e na época cristã. A moral estava ligada à ética na Antiguidade, que tratava da invenção de si, da vida como obra de arte, distinta da moral apresentada na época cristã, que consistia em obediência a um código (REVEL, 2011, p. 54). Essa preocupação de Foucault

deu-se pelo fato de que ele estava em busca de novas possibilidades relacionais no campo ético-moral, pois

da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras [...] a ideia de uma moral como obediência a um código de regras está desaparecendo, já desapareceu. E a esta ausência de moral corresponde, deve corresponder uma busca que é aquela de uma estética da existência (FOUCAULT, 2012b, p. 283).

O propósito de Foucault, segundo Ortega (1999), não é um retorno para buscar soluções aos problemas atuais, mas o contato com a filosofia antiga e experiências ético-morais que eram centradas na relação consigo, e não dependentes de sistemas sociais, jurídicos ou institucionais. E, se não se aceitam códigos religiosos como fundamentos morais, também não se quer um sistema jurídico que intervenha na vida pessoal, moral, privada.

Foucault, principalmente em seus últimos estudos, volta à Antiguidade com a intensão de sugerir que “diferentemente do sujeito moderno, constituído enquanto objeto e sujeito normalizado pelas relações saber-poder, o sujeito moral da Antiguidade permitia entrever uma forma de constituição distinta [...] uma escolha de existência cuja condição seria o exercício da liberdade e cuja finalidade seria a conquista da autonomia (FONSECA, 2011, p. 132).

O desafio dessa interrogação – que, no lugar de se concentrar sobre o sujeito constituído pelas técnicas discursivas (saber) e pelas técnicas de dominação (poder), debruça-se sobre o sujeito que se autoconstitui a partir de técnicas de si (ética) – será dar conta justamente do domínio que para nós, modernos, apresenta-se ao mesmo tempo distante e pouco evidente: o domínio das “práticas de si” enquanto solo essencial para a subjetivação (FONSECA, 2011, p. 132, grifo do autor).

Essa volta aos antigos, faz repensar os atuais códigos morais vigentes que delimitam as novas subjetividades na tentativa de encerrá-las em novas normas morais estruturadas, de acordo com o interesse externo das práticas de si. Foucault não limita a ética a estes modos de se comportar ou códigos de conduta, “mas busca compreendê-la como o conjunto de práticas que o indivíduo estabelece consigo, a fim de constituir-se segundo um estilo que escolhe livremente conferir a própria existência” (FONSECA, 2011, p. 132). O autor diz, ainda, que

...tanto para “governar a si mesmo” quanto para “governar a cidade”, é necessário adotar, relativamente a si, certa atitude, assumir certas disposições que, em seu conjunto, constituirão o sujeito em sua autonomia. A excelência da conduta humana dependeria, assim, dessas duas formas indissociáveis de conhecimento e de atenção:

o conhecimento e a atenção de si (campo da ética), assim como o conhecimento e a atenção aos outros (campo da política) (FONSECA, 2011, p. 138, grifos do autor).

Essa intenção de Foucault não trata de um resgate da vivência dos antigos, mas uma observação de um estilo de vida no sentido de buscar “um princípio de estilização da conduta para aqueles que querem dar a sua existência a forma mais bela e realizada possível” (FOUCAULT, 2012a, p. 315). Ele trouxe com isso o conceito de estética de existência, ou seja, “uma maneira de viver cujo valor moral não está em sua conformidade a um código de comportamento nem a um trabalho de purificação, mas depende de certas formas, ou melhor, certos princípios formais gerais no uso dos prazeres, na distribuição que deles se faz, nos limites que se observa, na hierarquia que se respeita” (FOUCAULT, 2012a, p. 110).

Para Foucault (2014), o problema que se apresenta política, ética e socialmente não é a liberdade do indivíduo perante o Estado e suas instituições, mas livrar-se a si mesmo deste Estado e destas instituições e dos tipos de individualização pretendidas por estes. Ele achava importante promover novas formas de subjetividades, de existências, recusando aquelas impostas através dos anos.

Relacionando o tema aos dias atuais, pode-se dizer que o ser humano teria muitas outras possibilidades de ver a si mesmo e reinventar suas condutas e tradições, se não fossem tão assolados pelas construções que lhe foram impostas por tantos anos. Poderia ver a si mesmo como possibilidade de renovação e embelezamento da vida. Se pudessemos compreender a vida como uma obra de arte, provavelmente alcançaríamos a necessária capacidade de conviver dignamente. Foucault defende principalmente a liberdade, a liberdade refletida, a partir daí os sujeitos podem se enxergar como eles mesmos, não como foram projetados para se ver. “O sujeito moderno constituiu-se a partir da normalização objetivada em diferentes práticas, como a educativa, a médica, a psicológica, entre outras e, portanto, sem a experiência da relação consigo, sem o cuidado ético-estético” (SILVA, 2006, p. 6).

Ética e moral não deveriam se encontrar em códigos, preceitos ou dogmas. São técnicas que se desenvolvem a partir das práticas de si, ou do cuidado de si, cada um desenvolve suas condutas a partir da prática refletida, do que é melhor para embelezar sua existência, não afetando a do outro, não cuidando da modelagem do outro, não interferindo, quando negativamente. É uma forma de iluminação interna. Ética e moral dependem da revelação de dentro para fora, não o contrário. O que surpreendia Foucault (2014, p. 222) era que, na sociedade, “a arte tenha mais relação com os objetos, e não com indivíduos ou com a vida; e também que a arte seja um domínio especializado, o domínio dos peritos que são os

artistas. Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que um quadro ou uma casa são objetos de arte, mas não nossa vida?”.

O cuidado de si é uma espécie de retiro interno para reflexão e ajustamento de atitudes perante a vida, resultando em equilíbrio e bem viver. Isso não é uma volta para si mesmo individualista, pois uma vida refletida está diretamente ligada com o bem viver dos demais seres, como traz Foucault (2013a, p. 57), “ela não constitui um exercício de solidão, mas sim uma verdadeira prática social”. É uma prática que liga “o trabalho de si para consigo e a comunicação com outrem”.

Essa falta do cuidado de si pode ser uma das explicações das atitudes de intolerância e ódio ao outro e à diversidade, tão frequentes na atualidade. Esse tempo dedicado ao cuidado de si deve ser valorizado, “toma a forma de uma atividade múltipla que demanda que não se perca tempo, e que não se poupem esforços a fim de ‘formar-se’, ‘transformar-se’, ‘voltar a si’” (FOUCAULT, 2013a, p. 52, grifos do autor).

4.2.2 Ampliação das possibilidades relacionais

Repensar novas moralidades depende da noção crítico-reflexiva do sujeito atual em conviver com o outro, numa relação de novas possibilidades, sem a intenção de julgar, condenar ou classificar o outro devido à sua forma de existir. “A noção foucaultiana de estética da existência permite a discussão e o questionamento dos padrões normalizadores, heterônomos e identitários que formatam o indivíduo contemporâneo ao aprisioná-lo em rígidas identidades biopolíticas previamente definidas” (DUARTE; CESAR, 2012, p. 194). Quando novas estéticas da existência deveriam ser vistas como uma possibilidade de convívio e questionamentos, que sirvam para desenvolver novas perspectivas humanas sobre as relações sociais.

As técnicas de si, o cuidado de si, para os gregos, como traz Foucault (2014, p. 267), “representava um dos grandes princípios das cidades, uma das grandes regras de conduta da vida social e pessoal, um dos fundamentos da arte de viver”. Ainda, para o autor, era importante cuidar de si na tradição grega, para assim poder conhecer a si mesmo. Possivelmente, toda a carga de constituição dos sujeitos na atualidade carrega a necessidade de se afirmar e confessar o que se é, deixando de lado a busca do interior, o ser que se realmente é, não influenciado pela expectativa de tornar-se aquilo que se espera dele, mas aquilo que deveria ser seu verdadeiro eu. Não se poderiam limitar as existências dos seres humanos, suas maneiras/formas de existir, se estas não causam danos às demais existências. E

as leis e as normas morais deveriam se preocupar em defender a integridade física e psicológica de todas as pessoas.

Para Foucault, o Estado moderno se articulou de maneira a restringir as experiências diversas das relações humanas, pois “um mundo relacional rico seria extremamente complicado de administrar” (FOUCAULT, 2012b, p. 117). Através das técnicas de subjetivação, os sujeitos e as subjetividades se tornaram o que se esperava que se tornassem. Foucault viu nas relações das comunidades homossexuais o rompimento deste jogo subjetivante do Estado e das instituições e analisou, a partir das relações que os *gays* constituíam, possibilidades de enfrentamento, resistência e enriquecimento das relações humanas. Significaria uma “ocasião histórica de reabrir virtualidades relacionais e afetivas, não tanto pelas qualidades intrínsecas do homossexual, mas porque a posição “de esguelha”, as linhas diagonais que ele pode traçar no tecido social, permitem aparecer essas virtualidades” (FOUCAULT, 2010, p. 351, grifo do autor).

A partir das possibilidades que Foucault (2010, p. 348) enxergou ao analisar a homossexualidade, questionou-se “que relações podem ser, através da homossexualidade, estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas?” Ele verificou que “o problema não é descobrir em si a verdade de seu sexo, mas antes usar sua sexualidade para chegar a multiplicidades de relações”. Ou seja, ele via nessas relações as potencialidades criativas e plurais das relações. Por isso, sua preocupação em não se priorizar o assumir-se como homossexual, mas antes como tornar-se homossexual. Foi neste contexto que ele se deparou com o tema da amizade:

Como é possível para os homens estarem juntos, viverem juntos, partilharem seu tempo, suas refeições, seu quarto, seus lazeres, seus pesares, seu saber, suas confidências? O que é isso, estar entre homens “a nu”, fora das relações institucionais, da família, da profissão, da camaradagem obrigada? É um desejo, uma inquietação, é um desejo-inquietude que existe em muita gente. [...] Têm de inventar, de A a Z, uma relação ainda sem forma, e que é a amizade: quer dizer, a soma de todas as coisas através das quais um e outro podem se dar prazer (FOUCAULT, 2010, p. 349).

Essa relação de amizade, imprevista, desconhecida, de ligação forte e que não precisa de amarras institucionais para ter um valor importante foi o que preocupou o Estado e as instituições, que procuraram extingui-la. Foi isso que tornou a homossexualidade “perturbadora”, segundo Foucault (2010, p. 349): “o modo de vida homossexual, mais do que o próprio ato sexual. Imaginar um ato sexual que não se conforma à lei ou à natureza, não é isso que inquieta as pessoas. Mas que os indivíduos comecem a se amar, eis o problema”.

Para além de direitos individuais e constituintes de uma nova norma moral, existe no movimento homossexual a possibilidade de busca de uma estética da existência que liberte os seres humanos, sejam hétero, homo, bissexuais... para novas formas relacionais não somente as institucionalizadas. A amizade nessas estéticas da existência é tratada por Foucault como um tema importante, como a construção de formas de existência através da amizade podem construir uma nova ética? “Qual é a nossa ética? Como produzimos uma existência artística? Quais são nossos processos de subjetivação não redutíveis a nossos códigos morais? [...] Pode-se esperar alguma coisa das comunidades atuais?” (ORTEGA, 1999, p. 171).

Foucault coloca as formas de amizade como possibilidade de invenções de comunidades, modos de vida, a partir de escolhas sexuais ou modos diversos de expressar as sexualidades, caminhos a novos relacionamentos pessoais, sociedades polimorfas vistas sob o foco da amizade. São as resistências necessárias às normatividades. Assim, “Foucault pretende mostrar com sua reabilitação da amizade como as formas possíveis de vida em comum em nossa sociedade não se esgotam na família e no matrimônio” (ORTEGA, 1999, p. 172).

As relações afetivas entre amigos/as podem resultar em diversas possibilidades de estruturas das relações interpessoais na sociedade, de forma não institucionalizada como da família, da profissão, do companheirismo obrigatório. O amor e a troca podem surgir de outras formas, não necessariamente estas conhecidas, não necessariamente com vínculos sexuais. Pode-se aproveitar esta ideia de que fala Foucault para incentivar e despertar o olhar a novas possibilidades, sem ser um “programa de proposições”, mas deixando os espaços livres para a inventividade. “Fazer um verdadeiro desafio incontornável da questão: o que se pode jogar, e como inventar um jogo?” (FOUCAULT, 2010, p. 353).

4.2.3 Foucault e a educação

Ao trazer estas reflexões para atualidade, pode-se dizer que as estéticas da existência na contemporaneidade são consideradas “um conjunto de práticas refletidas de liberdade capazes de reinventar as formas de viver em comum no presente, estabelecendo formas de resistência às injunções disciplinares e biopolíticas dos poderes hodiernos” (DUARTE; CÉSAR, 2012, p. 175).

A educação pode desenvolver uma cultura de visibilidade das diversidades. Já não cabe mais impor modelos, ou concepções de vida humana, que padronizam e discriminam as formas de vida que divergem de certos padrões instituídos como naturais ou normais. Vive-se

em um contexto, como dito anteriormente, em que a liberdade de escolha das formas de vida constitui um princípio colocado acima de qualquer outro princípio, portanto, esta é uma das condições para que se possa conviver numa sociedade efetivamente democrática, laica e livre.

O educador, dentro desta perspectiva, necessita estar aberto às novas formas de existência, para que possa realizar sua contribuição social. Cooperar, também, na abertura da visão dos seus educandos, sobre as novas possibilidades relacionais dos sujeitos. O educador pode promover ações transgressoras das normalidades, verdades e naturalidades que se impõem como únicas; pode questionar, abrir espaço para o outro, rever, reinventar, redescobrir outras verdades, sem tomá-las como únicas para todo sempre, desafiando-se na busca de “experiências e ações além das condicionadas e condicionantes” (CARVALHO, 2011, p. 13).

Não necessariamente dentro dos condicionantes materiais didáticos ou apostilas, estão incluídos todos os tópicos que o educador pode trabalhar. Numa conversa, numa leitura, num diálogo, podem se estabelecer diversos fios que interligam o tecido das relações humanas. Numa mesma aula, o educador pode abordar uma infinidade de reflexões que servem como uma janela para aqueles educandos que esperam deste educador uma luz. E que esta luz chegue a todos. Às vezes, pode ser difícil perceber todas as diversidades presentes em uma sala de aula, mas o educador não pode ser uma sombra àqueles que ele não conseguiu perceber.

O educador, como traz Carvalho (2011, p. 13,14), pode instaurar um discurso que “afronta e revolve a ordem dos objetos conhecidos ou até mesmo capaz de produzir o entendimento acerca de um objeto outrora não dado a visibilidade”. E, ainda, pode agir “como um meio de intensificar as rupturas nas redes e circuitos de saberes-poderes hegemônicos, a fim de atuar na composição de novas áreas de subjetivação humana”.

Esse esforço de perceber e incentivar a ampliação da visão, partindo do conceito de estética da existência na contemporaneidade, pode promover a cultura dos direitos humanos, “a partir de uma lógica criativa e insurgente, efetivamente emancipatória, voltada a afinar olhares, estimular inquietações, promover sensibilidades, ensejar atitudes anticonformistas, desestabilizar doutrinas e atentas a possíveis mecanismos de opressão que o próprio enfrentamento possa produzir” (JUNQUEIRA, 2009b, p.167).

4.3 Aspirações à educação

Ainda percebem-se, nas práticas educativas atuais, os resquícios dos procedimentos médico-pedagógicos, desenvolvidos ao longo do século XX, que traziam as fórmulas para abordar, conduzir e tratar os homossexuais, sempre com o intuito de ensinar como educar, como “resolver” esse “problema”, e que serviam principalmente para pais e professores. Sempre com uma tendência a caracterizar os sujeitos homossexuais como anomalias, com defeitos hereditários, ou com má educação/criação. E, ainda, havia alocações de marginalizados, anormais, sujos ou pecaminosos, que não controlavam seus impulsos. Num esforço científico da época, os estudos eram realizados sempre com vistas a essa sociedade ideal e heterossexual, pois o que se conhecia, e que se tinha ideia que era a conduta sexual normal, foi a referência estabelecida para classificar os demais como desvio.

...entre os anos de 1920 a 1970, um conjunto de ideias sobre a homossexualidade foram configuradas e constituíram saberes médicos pedagogicamente articulados visando gerir os sujeitos categorizados como homossexuais. [...] livros de medicina, psicologia e educação do século XX veiculavam ideias que ensinavam como conduzir esses sujeitos, ditando formas de tratar, curar e posicioná-los/as mediante a lógica heterossexual de viver a sexualidade [...] São apontadas estratégias educativas, receitas, experiências, modos de agir diante da situação “indesejável” de se ter um/a filho/a homossexual [...] A ideologia médica presente nas produções orientava os/as leitores/as para estimularem o exercício da heterossexualidade onde essa prática deveria estar no ambiente familiar e na escola consubstanciando a vigilância, a higiene, a disciplina e, acima de tudo, fortalecendo ideias, pressupostos e representações que inscreviam a homossexualidade como uma prática indesejável, antinatural, suja etc. (SILVA, 2012, p. 285,286, grifos do autor).

É importante ressaltar que os estudos da época apontavam todos esses argumentos, numa tentativa de manter um controle sobre o futuro e desenvolvimento da sociedade. Essa tentativa de alguns em manter o poder exercendo o saber, através dos discursos e do controle, por meio das instituições sociais, já teve seus maus exemplos e provavelmente não é uma boa opção para se pensar o futuro da sociedade.

A capacidade de construir ou desconstruir pensamentos é uma perspectiva a ser explorada pelas práticas educativas. O conhecimento trazido pelos alunos em sua bagagem, em sua cultura, deve ser explorado, algumas obscuridades de certos conceitos devem ser problematizadas, na intenção de torná-los mais reflexivos sobre certas práticas e atitudes. A possibilidade de uma sociedade mais justa e digna depende dos conceitos e pensamentos que os seus integrantes possuem. Por vezes, desaprender certas coisas fazem parte do processo necessário à melhoria da vida. “Desaprender’ (*dediscere*) é uma das tarefas importantes da

cultura de si [...] Não se trata simplesmente de formar, para o futuro, um homem de valor. É preciso dar ao indivíduo as armas e a coragem que lhe permitirão bater-se toda sua vida” (FOUCAULT, 2014, p. 181-182).

Para Nussbaum (2012), citando as experiências de Posner, existe uma estreita ligação entre uma carência de conhecimento histórica e a falta de empatia com a homossexualidade que levam a muitos julgamentos baseados em pré-conceitos. O problema das escolas e dos educadores, hoje, pode-se dizer que resulta dessa carência de conhecimento e falta de empatia. Com as melhores intenções (ou não), os educadores resolvem o “problema” de algum aluno, que difere das normas sexuais, com a invisibilidade. Necessita-se perceber também, que é difícil adentrar em um tema delicado, sem um conhecimento adequado e uma disponibilidade de enfrentar todo um contexto de rejeição que virá de pais, de outros educadores e da própria instituição de ensino, que parecem ignorar a diversidade cultural e social, presentes desde sempre na história da humanidade. É importante destacar que cada situação deve ser analisada individualmente e não somente baseada em exemplos ou acontecimentos passados. A singularidade de cada sujeito e o contexto dos acontecimentos devem ser observados, porém deve-se lembrar que:

A educação escolar NÃO É o somatório dos pequenos projetos que cada família lança sobre seus filhos, ela é uma política pública, tem regramento próprio, tem objetivos cognitivos e de socialização coerentes com a ética e a moralidade pública e o ordenamento jurídico do país, e de certa forma se impõe sobre a educação familiar, outra afirmação que reconhecemos ser forte, mas que é em nosso entendimento absolutamente correta (SEFFNER, 2011, p. 567, grifo do autor).

O que se espera dos profissionais da educação é que tenham uma formação contínua e conhecimento a respeito das diversidades encontradas, a fim de aperfeiçoarem suas práticas. A partir dessa amplitude e assimilação de informações, os educadores têm condições de agir democraticamente, evitando atitudes excludentes e problematizando, com domínio de conhecimento, eventuais complexidades encontradas em sala de aula. “Os professores ensinam melhor quando conhecem totalmente os temas, mesmo quando alguns textos lhes sejam novos” (NUSSBAUM, 2012, p. 189, trad. nossa).

Para Louro (2011, p. 145, grifo da autora), a mudança de abordagem da sexualidade na escola não é uma tarefa fácil, pois sempre toma algo como norma, como centro, e os julgamentos dos sujeitos se fazem a partir desse determinado lugar. Como esse lugar é uma construção, deve-se colocar essa norma em dúvida, debater o centro, questionar o natural, essa disposição de questionamento envolve muita mobilização. Para que resultem mudanças, é

necessário buscar informações, discussão, troca de ideias, “ouvir aqueles e aquelas que histórica e socialmente foram instituídos como ‘outros’”.

Segundo a autora, seria mais produtivo, para os educadores, deixar de enxergar a diversidade como um problema e passar a percebê-la como constituinte da atualidade. Deixar de lado a dicotomia binária excludente e compreender as complexidades das relações. Um tempo em que a pluralidade sugere o abandono dos discursos que posicionam o centro e as margens, o normal e o anormal, em que o discurso assuma a dispersão, a amplitude e a circulação. Desestabilizar ou “desconstruir a naturalidade, a universalidade e unidade do centro”, valorizar o caráter mutável e plural dos sujeitos e da história. “É possível, então, que a história, o movimento e as mudanças nos pareçam menos ameaçadoras” (LOURO, 2013, p. 53).

Ainda, de acordo com Louro (2011, p. 124-125, grifo da autora), uma prática educativa não sexista é uma das formas de se evitar o preconceito e a violência. As práticas estão sempre em transformação, assim como os professores. A partir da visibilidade de homossexuais, novas relações parentais, a presença maior de mulheres nos campos científicos e políticos e a revolução dos meios de comunicação. Tudo isso favorece um maior contato com as múltiplas subjetividades e pluralidades existentes, fazendo com que as instituições sociais sejam afetadas por essas transformações. Os estudos nessas áreas contribuem para desestabilizar antigas crenças e barreiras, e esse educador/a necessita ter uma maior sensibilidade para essas transformações, questionando, problematizando, em suas próprias vivências e experiências, mas sempre apoiado nos resultados e construções dos estudos e aportes teóricos que estão sendo realizados. “Esse ‘afinamento’ da sensibilidade (para observar e questionar) talvez seja a conquista fundamental para a qual cada um/uma e todos/as precisaríamos nos voltar”.

O sistema educacional invisibilizador das diversidades sexuais tende a passar por uma transformação, e, devido a vários fatores educacionais e sociais, pode-se prever que os próprios sujeitos atingidos pelo controle e invisibilidade de possibilidades sexuais sejam os autores principais de certas mudanças. Para Veiga-Neto (2011), o sujeito que está no mundo, tido como sempre o mesmo, precisa de autonomia, precisa restaurar a ideia de o mesmo de sempre, para a luta por seu espaço. Do contrário, acaba vítima das influências externas (social, cultural, econômica, educacional) que o tratam como sujeito dado, pronto e manipulável. Para que isso aconteça, a educação e o educador/a precisariam possibilitar uma formação livre de imposições pessoais, sociais ou culturais, quando dizem, por exemplo, que uma forma de expressão sexual é melhor do que outra.

Se quisermos que o *sujeito desde sempre aí* cumpra sua dimensão humana, devemos educá-lo, para que ele possa atingir ou construir sua própria autoconsciência, de modo a reverter aquelas representações distorcidas que o alienavam; só assim ele será capaz de se contrapor efetivamente à opressão e à exclusão e, em consequência, conquistar sua soberania (VEIGA-NETO, 2011, p. 110, grifos do autor).

A resistência dos sujeitos envolvidos nos processos de invisibilidade, de suas expressões sexuais, pode ser um dos caminhos para se chegar à percepção de novas formas de relações sociais, e possíveis transformações dos códigos morais que discriminam os sujeitos de diferentes formas. Um movimento instaurado pelas novas liberdades individuais de viver a sexualidade implica uma nova moralidade coletiva nas relações sociais, o educador/a precisa estar preparado para as novas liberdades das subjetividades humanas e ser capaz de problematizar essas questões para um novo tipo de sociedade. “Devemos fomentar novas formas de subjetividade mediante a recusa do tipo de individualidade que se impuseram a nós durante vários séculos” (FOUCAULT apud VEIGA-NETO, 2011, p. 121).

O sujeito subordinado à manipulação e à alienação, constituído ao longo do tempo, está se evidenciando numa proporção preocupante atualmente, principalmente através da maior visibilidade proporcionada pelas novas tecnologias. Isso preocupa, por um lado, mas também torna mais forte a resistência dos envolvidos em situações discriminatórias e excludentes. O poder de resistência dos grupos marginalizados envolve criação e organização de novos grupos, capazes de criticar o estado das coisas e fazer um movimento para modificar as visões de mundo. Não se pode escapar desse movimento. O que se pode fazer é observar as possibilidades e contribuir, de alguma forma, para uma sociedade nova.

Libertar-se das amarras condicionadoras que enquadram os sujeitos e tentar entender as novas formas de existência, com vistas à constituição de novos códigos morais, flexíveis e humanizadores, é a expectativa de sociedade que se tem. “Estamos hoje em uma era em que a experiência – e o pensamento que é inseparável dela – se desenvolve com uma extraordinária riqueza, ao mesmo tempo em uma unidade e em uma dispersão que apagam as fronteiras das províncias outrora estabelecidas” (FOUCAULT, 2013c, p. 250).

Partindo dessa visão, o contexto educacional pode transformar suas ações, dando visibilidade às novas conjunturas familiares, às novas formas de relações sociais, às diversas formas de expressões da sexualidade, sem pretender criar novas formas de controle e enquadramento, que facilitam a organização e entendimento, mas destroem as possibilidades de invenção de novas formas de existir. O/a educador/a, como um ser problematizador, buscará instruir, principalmente, consciência crítica e reflexiva em seus educandos, e a si

mesmo. Hoje, ele precisa se questionar, como traz Deleuze (1992, p. 132), “onde será que aparecem os germes de um novo modo de existência, comunitário ou individual, e, em mim, será que existem tais germes?”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as problematizações desta pesquisa, uma reflexão importante sobre como os seres humanos se constituem e se educam torna-se interessante. A educação e os conhecimentos repassados são constituintes de nossas subjetividades, portanto, pensar a respeito desta transmissão, a escuta e o diálogo entre os diferentes pontos de vista, são características importantes a serem estimuladas entre os seres humanos.

Investigando as raízes da homofobia, pode-se dizer que este preconceito tem uma relação estreita com os sentimentos de aversão a todos aqueles que diferem de padrões constituídos como “normais” e “ideais” de ser humano. Assim, quando se pretende que todos e todas convivam numa sociedade justa e digna, é importante investigar e problematizar esses padrões que a sociedade constrói, bem como os sentimentos de repugnância e aversão a determinados seres humanos em decorrência desses padrões, numa discussão que valorize o diálogo e contribua numa perspectiva de visão positiva das diferenças.

O exercício do diálogo, da solidariedade da empatia, se mostram características fundamentais, para se conhecer e aceitar o outro. O diálogo é a melhor maneira de se conhecer uns aos outros, de desenvolver a empatia e a solidariedade, e ter a capacidade de enxergar novas possibilidades existenciais de forma ampla, sem que para isso sejam necessárias leis e intervenções institucionais, necessariamente.

Pela luz de Foucault, Nussbaum, e demais autores que auxiliaram na construção deste estudo, podemos levantar algumas perspectivas e possibilidades, nos campos educacionais e sociais, que servem para refletir sobre as práticas existentes, os modos como as coisas se transformam e acontecem na sociedade e porque existem atitudes preconceituosas e sentimentos de ódio e repugnância. Ao procurar respostas as questões colocadas como norteadoras desta pesquisa, muitas outras surgiram, e espera-se que possam surgir ainda mais, pois acredita-se que quanto maior a curiosidade e reflexão a respeito dos problemas sociais e de como podem ser superados certos sentimentos negativos, se contribuirá de alguma forma para uma sociedade melhor.

Algumas respostas para superação do problema da homofobia na sociedade brasileira podem ser elencadas com a conclusão desta pesquisa, porém, cabe ressaltar que não se pretende propor soluções ou imposições, são apenas considerações, perspectivas e possibilidades, que podem servir como objeto de discussão e reflexão. Acredita-se que muitas destas reflexões serviriam como superações para os demais preconceitos enfrentados na sociedade, pois ao considerar o diálogo e a empatia, como fundamentais na época atual,

muitos problemas como intolerância, ódio, violência, racismo, sexismo, xenofobia e tantos outros preconceitos presentes na sociedade, seriam mais facilmente superados.

A educação, em suas mais variadas possibilidades, nas escolas e em outros ambientes onde ocorrem situações de ensino-aprendizagem, pode colaborar na construção de uma cultura de respeito e liberdade entre os seres, se questionar e se preocupar não somente na busca de conhecimentos adequados à carreira, ao mercado, aos índices e avaliações educacionais, mas também preocupada com a formação humana, com o estudo das emoções humanas, e principalmente, esteja preparada para desestabilizar a patologia da repugnância nas futuras gerações, evitando o sentimento de aversão a outras pessoas. Estimulando a curiosidade em relação aos outros seres, as outras culturas, ao diferente, pois o semelhante é fácil de compreender, o difícil é saber conviver na adversidade. Instigar para o conhecimento e a convivência com outras culturas. Uma educação que trabalhe desde a infância, numa perspectiva liberal e intercultural, promovendo a real democracia.

Nos cursos de graduação, poderia se oferecer uma formação básica sobre a sexualidade humana, de forma histórica e intercultural, pois todos os setores sociais se beneficiam com profissionais que tenham conhecimento adequado e livre de pré-conceitos a respeito da sexualidade, das construções sociais em torno da sexualidade, dispostos com isso, em emitir discursos, julgar e educar de forma apropriada em cada situação. Espera-se que todos/as possam compreender as inúmeras possibilidades dos relacionamentos humanos como naturais e reais – que são próprios da condição humana, plural e única – de forma positiva ou, no mínimo, sem pré-conceitos baseados em crenças pessoais ou religiosas, o Brasil é um Estado laico.

Seria interessante promover estudos e encontros para discutir o tema da sexualidade, principalmente em instituições educacionais, sendo trabalhado de maneira interdisciplinar, pois a sexualidade e suas diversas características surgem espontaneamente nas salas de aula, nos círculos de amizade, na mídia, etc. De acordo com os dados e reflexões apresentados durante este estudo, pode-se dizer que existe uma falha na formação e conhecimento de alguns profissionais, inclusive nas áreas educacionais, que acabam por julgar e perpetuar discursos excludentes e constrangedores àqueles que não seguem o padrão heterossexual, além de outros padrões morais estabelecidos como “normais” e “corretos”. Além disso, semear iniciativas nas instituições educacionais de estímulo a projetos de pesquisa e a grupos de estudos, sobre os mais variados temas hoje considerados complexos na educação e na escola, para que estejam preparados, atuando de forma justa e democrática.

A sociedade carece de uma cultura e outro olhar sobre o problema das diferenças, que são sempre pensadas como inclusão, tolerância e aceitação. Não seria necessário um mundo que aceite os diferentes, seria necessário um mundo que saiba que não existem diferentes, que as diferenças são parte da existência humana, sem classificá-las como um desvio de uma normalidade, querendo incluí-las. Quem e onde se quer incluir?

Reorganizar os pensamentos, sobretudo quando se é dirigente de instituição social, a fim de desestabilizar preconceitos e discursos, que continuam afirmando este ou aquele modo de ser como único ou normal, ou esta ou aquela expressão como desvios. Isso é importante quando se observa o número crescente de preconceito e violência, especialmente nas escolas, que deveriam ser o lugar para dar visibilidade e problematizar essas questões de maneira reflexiva, em vez de consentir preconceitos ou tornar invisível certas formas de existência.

Quanto às leis, seria interessante criar algumas que amparem o direito, a dignidade e a igualdade de proteção aos que ao longo da história não existiram como dignos, ou fora do alcance desta proteção. Não é justificável tornar legítimas certas atitudes, baseando-se em números de membros. Por exemplo, se a maioria das pessoas existe de maneira heterossexual, isso não legitima este grupo a criar leis que favoreçam somente a eles, ou estabelecer restrições às outras formas de expressar a sexualidade. Dessa forma, já que se criou uma sociedade que legitima as decisões baseadas em acordos destinados ao favorecimento de certos grupos, podem existir leis que amparem os grupos discriminados.

Todas essas perspectivas e possibilidades levam a refletir sobre uma sociedade onde os sujeitos se sintam pertencentes a ela, afinal todos/as são seres humanos. Somente quando todos/as se sentirem pertencentes e dignos, acontecerão relações de afeto e solidariedade que são importantes para nossa existência. Não esquecendo que as relações de amizade se fortalecem e podem abranger outros tipos de relacionamentos, não só os institucionalizados, mas também relações mais duradouras independentes de local, hora, situação, como, por exemplo, as de amor, de empatia e de confiança. Quando as próximas gerações não escutarem mais frases como “*E vai começar a homofobia!*”, pode-se dizer que estas ideias valeram a pena.

REFERÊNCIAS

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>>. Acesso em: 12/12/13.

AGUILERA, Josep. M.A. *El desarrollo del tacto pedagógico: (o la otra formación del educador)*. Barcelona: Graó, 2010.

ALENCAR, Willame Araújo Oliveira. Cultura de violência: a produção de práticas homofóbicas, em Juazeiro do Norte (1990-2007). *XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária: 20 anos de Constituição. Parabéns! Por quê?* / Organizado por Danilo Ferreira Ribeiro – Crato/ CE: Fundação Araripe, 2008. CD-ROM.

ARANGO, Rodolfo. Direitos fundamentais sociais, justiça constitucional e democracia. In: MELLO, Cláudio Ari (Coord.). *Os desafios dos direitos sociais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

ARAÚJO, Lidiane Cristina de. O lúdico no ensino/aprendizagem do português como língua estrangeira. *Dissertação* (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

AVEN – *Asexual visibility and education network*. Disponível em: <www.asexuality.org>. Acesso em: 14/01/14.

BAUMAN, Zigmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2004.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2001.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERTRAND, Y. & VALOIS, Paul. *Paradigmas Educacionais*. Escola e sociedades. Lisboa: Instituto Piaget. 1994.

BIAJOLI, Maria Clara Pivato. Memórias, subjetividades e militância política: os usos do passado pelas “Mujeres Libres”. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina-PR. *Anais*. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1391.pdf>>. Acesso em: 17/03/14.

BORGES, Z. N., et al. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (RS). *Educar em Revista*, Curitiba. v. n.39, p. 21-38, 2011.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIOÇO, T. DINIZ, D. (Orgs.). *Homofobia & educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.

BORTOLINI, A. (Coord.). *Diversidade sexual na escola*. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

CARDOZO, Fernanda. Parentesco e parentalidades de travestis em Florianópolis/SC. 2006. 122f. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Pillar Grossi.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Função-educador: em busca de uma noção intercessora a favor de experiências de subjetividades ativas. In: RESENDE, Haroldo de. (org.). *Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011.

CESAR, Maria Rita de Assis. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 32, 2009, Caxambu/MG. *Artigo*. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf>>. Acesso em: 14/03/2014.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of de mods and rockers*, Londres: MacGibbon and Kee, 1972.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº. 1/99.

DALBOSCO, Cláudio A. Patologia da repugnância e respeito à diferença. In: PAGNI, P. A. BUENO, S. F. GELAMO, R. P. (Org.). *Biopolítica, arte de viver e educação*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Conversações 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DIAS, Maria Berenice. *União homoafetiva: o preconceito e a justiça*. 4. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2009.

DODSWORTH-MAGNAVITA, Alexey. O surgimento dos homossexuais. *Revista Filosofia Ciência & Vida*, edição 70, 2012. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/70/artigo265446-1.asp?o=r>>. Acesso em: 14/09/2013.

DUARTE, A.; CÉSAR, M. R. A. Estética da existência como política da vida em comum: Foucault e o conceito de comunidades plurais. *O que nos faz pensar*. Rio de Janeiro, n.31, p. 175-195, 2012.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e formação docente: uma proposta em discussão. In: FILHA, Constantina Xavier (Org.). *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual*, Campo Grande, MS: UFMS, 2009, p. 46-55.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Artmed. 2009.

FONSECA, Márcio Alves da. O cruzamento entre a filosofia, a história e a educação na interpretação foucaultiana do diálogo Alcibíades. In: *Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história*. RESENDE, Haroldo de. (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2011.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves Da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes. 2006.

_____. *A história da sexualidade, I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2013a.

_____. *A história da sexualidade, II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2012a.

_____. *A história da sexualidade, III: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2013b.

_____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização de Manuel de Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3. ed. 2013d. (Ditos e Escritos; II).

_____. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Organização de Manuel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Ditos e Escritos; VII).

_____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização de Manuel de Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3.ed. 2013c. (Ditos e Escritos; III).

_____. *Ética, sexualidade, política*. Organização de Manuel de Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3.ed. 2012b. (Ditos e Escritos; V).

_____. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organização de Manuel de Barros da Motta. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Ditos e Escritos; IX).

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Repensar a política*. Organização de Manuel de Barros da Motta. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e Escritos; VI).

FURLANI, J. O bicho vai pegar! Um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GADAMER narra la historia de la filosofía, Cap. 6. La hermenêutica. Direção: R. Safranski. 2013. 28,4 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sSsph7h67gs>>. Visto em: 16/06/2014.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JÚNIOR, Alexandre Sech. A hermenêutica do sujeito em Michel Foucault. *Revista AdVerbum* 4 (2) ago dez de 2009: p. 95-103.

JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009a. p 13-51.

_____. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIOÇO, T. DINIZ, D. (Orgs.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009b.

LIMA, Sabrine de Souza. *Escola e família: problemas a partir da homoparentalidade*. 2011. Trabalho de conclusão do curso de pedagogia da UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36339/000817622.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18/08/2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfozes da cultural liberal: ética, mídia e empresa*. Porto Alegre, Sulina. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G.L. FELIPE, J. GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 13.ed. 2011.

_____. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *Queer* como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denilson et al. (Orgs.). *Imagem e diversidade sexual*. São Paulo: Nojosa, 2004.

_____. Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MELLO, Luiz; GROSSI, Mirian P; UZIEL, Anna P. A Escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p 159-181.

MILLS, Scott. *O pior lugar no mundo para ser gay*. Londres. BBC, 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8LsoPDAeiG4>>. Acesso em: 24/11/13.

MISKOLCI, Richard. *Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência*. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 14, n. 3, dez. 2006, p. 681-693.

NAPHY, Willian. *Born to be gay: história da homossexualidade*. Lisboa: Edições 70, 2006.

NUSSBAUM, Martha. *El Cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*. 2 ed. Tradução de Juana Pailaya. Barcelona: Paidós, 2012.

_____. *El ocultamiento de lo humano: repugnancia, vergüenza y ley*. Tradução de Gabriel Zadunaisky. Buenos Aires: Katz, 2006.

_____. *Sin fines de lucro: por qué la democracia necesita de las humanidades*. Tradução de Maria Victoria Rodil. Buenos Aires: Katz, 2010.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PARK, Kil, H. O Papel do professor na sociedade contemporânea. *Sitientibus*, Feira de Santana: n. 38, p. 103-117, jan./jun. 2008.

PERES, Wiliam Siqueira. *Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira*. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

RATTO, A. L. S. *Livros de ocorrência: disciplina, normalização e subjetivação*. 322 f. *Tese* (Doutorado em Educação), Porto Alegre, 2004.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Tradução Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RIOS, Roger Raupp. *Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação*. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p 53-83.

RUFATTO, Luiz. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/10/escritor-luiz-rufatto-duras-criticas-brasil-machistas-hipocritas.html>>. Acesso em: 16/10/13.

SAYÃO, Deborah Thomé. *Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche*. Florianópolis: *Tese* (Doutorado em Educação). UFSC, 2005.

SEFFNER, Fernando. *Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 561-588, maio-agosto. 2011.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Jackson Ronie Sá da. “Homossexuais São...”: revisitando livros de medicina, psicologia e educação a partir da perspectiva *Queer*. 2012. *Tese* (Doutorado em Educação) - Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

SILVA. S.M. A vida como obra de arte. *Revista Científica/FAP*. Curitiba, v. 2, p. 1, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...* São Paulo: Moderna, 2004.

VEIGA-NETO. Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 3.ed., 2011.

ZIMBARDO, Philip. *O efeito Lúcifer: como pessoas boas tornam-se más*. Tradução Tiago Novaes Lima. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GLOSSÁRIO

Para uma melhor compreensão da temática exposta neste trabalho, compilamos descrições de alguns conceitos a fim de clarificar para o leitor a concepção de alguns termos e definições utilizados quando se refere à sexualidade humana. Não se pretende, contudo, impor qualquer perspectiva normalizadora, pois sabe-se de toda a problemática que, ao tratar destes termos, pode criar estereótipos e categorias normatizantes. A intenção foi apenas uma facilitação de comunicação.

Utilizaremos as definições trazidas pelo *Manual de Comunicação LGBT*, elaborado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, e quando necessário, outras fontes serão utilizadas e estarão citadas ao final de cada conceito.

Androginia: termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros.

Assexualidade: orientação sexual dos indivíduos que não têm interesse pela prática do sexo com nenhum gênero (AVEN, 2014).

Cisgênero: pessoa cuja identidade ou expressão de gênero corresponde ao convencional, em dada cultura, local e época, ao sexo que lhe foi atribuído ao nascimento.

Crossdresser: pessoas que vestem roupa ou usam objetos associados ao sexo oposto, por qualquer uma de muitas razões, desde vivenciar uma faceta feminina (para os homens), uma masculina (para as mulheres); por motivos profissionais, para obter gratificação sexual, ou outras. O *crossdressing* (frequentemente abreviado para "CD"), não está relacionado à orientação sexual. E um *crossdresser* pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual. O termo tampouco está relacionado com a transexualidade, já que geralmente não se modifica o seu corpo através de terapia hormonal ou cirurgias para tal prática.

Drag queen: homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em *shows* e outros eventos. Uma *drag queen* não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas. A diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.

Drag king: versão “masculina” da *drag queen*, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho.

Gênero: conceito formulado nos anos 1970, com profunda influência do movimento feminista, para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana. No entanto, a maneira de ser homem e de ser

mulher é realizada pela cultura. Assim, *gênero* significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Heteronormatividade: suposta norma social, relacionada ao comportamento padronizado heterossexual, que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e se define o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero, no qual supõe que, para o corpo ter coerência e sentido, deve haver um sexo estável expresso mediante o gênero estável (masculino expressa homem, feminino expressa mulher) (BENTO, 2008, p. 40).

Homoafetividade: termo cunhado pela jurista e desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Dra. Maria Berenice Dias, utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. É um termo muito utilizado no mundo do direito, não sendo usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre pessoas do mesmo sexo/gênero.

Homofobia: hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo. Forma particular de sexismo que renega igualmente todos aqueles que não se enquadram nos papéis determinados para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma (hétero) em detrimento de outra (homo), e que organiza uma hierarquização das sexualidades, o que tem consequências políticas (BORRILLO, 2009, p. 28). Pode-se dizer que a homofobia caracteriza sua vítima como vulnerável, não humana, passiva de ataques físicos e psicológicos, pois “assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal” (ibid. p. 15).

Identidade de gênero: experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) além de outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de pertencer ao gênero masculino (homem) ou ao gênero feminino (mulher).

Intersexual: variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino.

LGBT: sigla que designa o movimento por direitos para *lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais*.

Pansexual: pessoas cujo desejo sexual é abrangente, podendo se dirigir inclusive a objetos.

Orientação sexual: capacidade de cada pessoa em ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa para pessoa.

Sexualidade: elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais de sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas.

Sexo biológico: conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.

Sodomia: palavra de origem bíblica usada para designar perversões sexuais, com ênfase para o sexo anal, que pode ser entre homossexuais ou heterossexuais. O termo foi por muito tempo também utilizado, até mesmo cientificamente, para designar atos sexuais entre homens, ou qualquer ato sexual não reprodutivo dependendo do contexto. Entretanto, desde as últimas décadas do século XX, tal palavra tem sido considerada pejorativa. À época da Inquisição, a relação homossexual era referida como "sodomia", "pecado nefando" ou "sujidade" (TREVISAN, 2007, p. 65).

T-lover: pessoa que sente atração por travestis e/ou transexuais. Em geral, quem assume a identidade heterossexual ou bissexual.

Transexual: pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem

a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída.

Transgênero: pessoa que transita entre os gêneros, cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

Travesti: pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital). Utiliza-se o artigo definido feminino “a” para falar da travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino “o” para dizer “O travesti Maria”, pois está referindo a uma pessoa do gênero feminino.

CIP – Catalogação na Publicação

S422hScolari, Adriel

Homofobia e educação : problematizações e possibilidades de construção de uma cultura de respeito e liberdade às diferenças/ Adriel Scolari. – 2014.

83f.;30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2014.

Orientador: Professor Dr. Eldon Henrique Mühl.

1.Educação. 2.Sociologia educacional. 3. Religião e cultura. 4. Homossexualidade. 5. Ideologia.I. Mühl, Eldon Henrique,orientador. II. Título.

CDU:37.015.4

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569